

Keuryvandra Samira Do Rosário Neto

**Inclusão: Conceção de uma *COHOUSING* habitacional
autossuficiente
na configuração material étnica, fundamentado por
meio dos Mwilas**

**Orientador: Professor Doutor João Borges da Cunha
Coorientador: Doutor. Hugo Nazareth**

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Lisboa
2020**

Keuryvandra Samira Do Rosário Neto

**Inclusão: Conceção de uma *COHOUSING* habitacional
autossuficiente na configuração material étnica,
fundamentado por meio dos Mwilas**

Dissertação defendida em provas públicas na
Universidade Lusófona de Humanidades e
Tecnologias no dia 22 de Junho de 2020,
Perante o júri, nomeado pelo Despacho de
Nomeação nº 156/2020, aos 27 de Maio, com
a seguinte composição:

Presidente: Prof. Doutor Pedro Filipe Coutinho
Cabral D'Oliveira Quaresma

Arguente: Prof. Doutora. Maria Rita Pais Ramos De
Abreu de Almeida

Orientador: Prof. Doutor João Filipe Ribeiro Borges
da Cunha

Vogal: Prof. Doutor Hugo Phelipe H. da Nazareth
Fernandes de Cerqueira

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Lisboa
2020

Agradecimentos

O meu agradecimento é dirigido ao universo. Com ele todos agentes intervenientes para que tudo fosse possível, num processo que começou desde a família abençoada que tenho, as instituições por onde passei, aos professores que tive e aos que ainda tenho, aos amigos que a vida me permitiu fazer, as pessoas passageiras que eventualmente deixaram uma lição. A cada escolha feita, a todos os ensinamentos e conselhos recebidos, ao senhor que algum dia esperou por mim para que eu subisse no autocarro num dia apertado, até a senhora que foi gentil comigo na rua ou a pessoa que eu pude ajudar e me inspirou a continuar.

Ao artigo que li, ou ao vídeo que assisti, a música que ouvi, ao livro que refleti, e as pessoas que sorriram para mim. Toda dedicação e motivação, foi construída pelas experiências que tive, pelas mãos que me foram estendidas. Assim sendo, são todos agentes diretos e indiretos que contribuíram para o meu aprendizado, com o qual tive a oportunidade e o privilégio de ter chegado aqui.

Os meus sinceros agradecimentos!

Resumo

O presente trabalho, realiza um estudo que busca compreender a *comunidade* no âmbito social, a partir de uma desconstrução das particularidades que a fabricam, nomeadamente de vários conceitos, ambiguidades e controvérsias existentes, tendo como suporte as ideias e teses defendidas por vários pensadores.

Isto, para que seja exequível, posteriormente, da maneira mais sólida possível, gerar uma *COHOUSING* (modo de viver em *comunidade* e partilha) [Home-for-All por Toyo Ito e Peninsula Park Commons por Eli Spevak, Jim Labbe e Amy Stork] de integração de indivíduos, com potencial necessário para responder às necessidades humanas de que todo e qualquer indivíduo é digno.

É fundamental que se compreenda a *comunidade* como uma forma de viver, de habitar, de cooperar socialmente, de partilha de espaços e até mesmo de afetos, que surgem através de todas as características inerentes à respetiva constituição.

Palavras chaves: Representatividade cultural, Identidade urbana, Habitação adaptável, Dignidade humana, Coabitação.

Abstract

The present work, carries out a study that seeks to understand a community in the social scope, from a deconstruction of particularities of a fabric, including several concepts, ambiguities and existing controls, having as support the ideas and theses defended by several thinkers.

The goal is to achieve, in a final part, under a due possible and solid prospect, a feasible *COHAUSING* (way of living in a shared community), reference [Home-for-All by Toyo Ito and Peninsula Park Commons by Eli Spevak, Jim Labbe and Amy Stork], to integrate individuals, with the needed potential to offer a solution to human needs of which no matter whom individual is entitled to.

It is fundamental that one understands every community as a way of living, of dwelling, of socially cooperating, of space sharing and even a stage of sensitive affections, that blow through all the inner characteristics related to its constitution.

Keywords: Cultural representation, Urban identity, Adaptive housing, Human dignity, Cohabitation.

Índice

Agradecimentos	3
Resumo	4
Abstract	5
Índice.....	6
Lista de Ilustrações	7
I- Introdução	9
II- Pertinência do Tema: Um testemunho	10
III- Metodologia de investigação.....	11
IV- Desarticulação do objeto Mwila.....	12
V- Apresentação do trabalho	14
Revisão da literatura	15
CAPÍTULO 1- COMUNIDADE.....	15
1.2 Comunidade e Sociedade	17
1.3 Relação e inserção do indivíduo numa COHOUSING.....	21
1.4 Comunidades Africanas	24
CAPÍTULO 2: IDENTIDADE TERRITORIAL E POPULACIONAL DA REGIÃO SUL, MUNICÍPIO DO LUBANGO, COMUNA DA ARIMBA.....	31
2.1 Cultura e aculturação do povo Huilano.....	31
2.2 Características geográficas, território e planeamento urbano da província da Huíla, município do Lubango: Localização Geográfica e Delimitação Territorial- Território e Planeamento Urbano	42
2.3 Compreensão da vivência do nómada urbano e Interpretação do arquiteto sobre o espaço	54
CAPÍTULO 3 – COHOUSING- COMUNIDADE MWILA	57
3.1 Planeamento urbano	57
3.2 Habitação Social	70
Conclusão	76
Apêndices.....	79

Lista de Ilustrações

Figura 1- Adolescente a pastorear o gado; Fonte: Nicolas Manno.....	32
Figura 2 - Mulheres Mwilas tratam dos afazeres do vilarejo e das crianças. Fonte1: Jessartes; Fonte2: Infoangola.....	32
Figura 3 – Mwila com o seu colar tradicional, suas tranças nontombi, sob o fundo do tecido tradicional samacaca; Fonte: Eric Lafforgue.....	34
Figura 4- Dia de celebração com elementos tradicionais.....	35
Figura 5 – Mwuilas com os peitos expostos realizam roda de dança; Fonte: Jessartes;	35
Figura 6- Marcação de uma casa de pau-a-pique, em Qué-Chikomba – Huíla; Pág. 141; Fonte1- fotografia: Domingos Dias; Fonte2- desenho: Autora.....	35
Figura 7- Fase da construção e Fase final da construção de uma casa de pau-a-pique em Qué-Chikomba – Huíla; Pág 142 e 143; Autor: Domingos Dias...	36
Figura 8- Esquema de divisões internas de uma casa dos Ovamuilas; Fonte: Autora.....	36
Figura 9 – Um dos modelos de organização da tribo Mwila com base na geometria circular; Fonte: Jessartes.....	37
Figura 10- Menina Mwila usa óculos modernos;.....	38
Figura 11- Mwilas deslocam-se ao centro da cidade; Fonte: Carlos Duarte.....	38
Figura 12 -Linhas de caminho-de-ferro de Angola, 2019; Fonte: Autora.....	45
Figura 13 - Plano de urbanização da Huíla, s/d; Fonte: (Fonte, 2012, p. 199).....	48
Figura 14 - Plano Geral de Urbanização de Sá da Bandeira; Arq. João António de Aguiar, 1947; Fonte: (Fonte, 2012, p. 189).....	49
Figura 15- Programação da Rede Viária Urbana; Fonte: Plano diretor da cidade do Lubango--.....	51
Figura 16- Hierarquia Viária Interna; Fonte: Plano diretor da cidade do Lubango..	51
Figura 17- Programação da rede viária urbana: Plano diretor da cidade do Lubango	52
Figura 18- Planta de ordenamento da cidade do Lubango; Fonte: Plano diretor da cidade do Lubango.....	52
Figura 19- Bairros centralizados da cidade do Lubango; Fonte: Autora.....	53
Figura 20- Crescimento dos bairros a partir do centro da cidade; Fonte: Autora....	53
Figura 21- Planta de zonas verdes; Fonte: Autora.....	58
Figura 22- Distância do trajeto; Fonte: Autora.....	59

Figura 23- Implementação do sistema de transporte público; Fonte: Autora.....	59
Figura 24- Identificação da linha de comboio, dos pontos referenciais e da área de intervenção; Fonte: Autora.....	60
Figura 25- Acessibilidade a área de intervenção; Fonte: Autora.....	61
Figura 26- Percursos existentes na área de intervenção; Fonte: Autora.....	61
Figura 27- Estratégia de planeamento- Separação de espaços; Fonte: Autora.....	62
Figura 28- Estratégia de planeamento- Continuidade dos caminhos existentes; Fonte: Autora.....	62
Figura 29- Traçado urbano em torno da área de intervenção; Fonte: Autora.....	63
Figura 30- Traçado urbano com ocupação da proposta; Fonte: Autora.....	63
Figura 31- Método de Implantação; Fonte: Autora.....	64
Figura 32- Diagrama de locomoção; Fonte: Autora	64
Figura 33- Master Plan; Fonte: Autora.....	65
Figura 34- Inserção do plano urbano no território; Fonte: Autora.....	65
Figura 35- Cortes Urbanos; Fonte: Autora	66
Figura 36 - Tipologias; Fonte: Autora.....	67
Figura 37- Tecido tradicional samakaka dos Mwuilas, na conceção do espaço através da ciclovia; Fonte: Autora.....	67
Figura 38 - Segmento dos caminhos existentes associado aos percursos da implantação; Fonte: Autora.....	69
Figura 39 - Segmento dos caminhos existentes associado à proposta de urbanização; Fonte: Autora.....	69
Figura 40- Esquícios de conceção das habitações; Fonte: Autora.....	70
Figura 41- Planta esquemática- Piso 0; Fonte: Autora.....	71
Figura 42- Planta esquemática sem paredes removíveis- Piso 0; Fonte: Autora.....	71
Figura 43 - Planta esquemática- Piso 1; Fonte: Autora.....	72
Figura 44 - Planta esquemática 2 (Corte + 2m acima) - Piso 1; Fonte: Autora.....	72
Figura 45- Corte A-A esquemático; Fonte: Autora.....	73
Figura 46 -Corte B-B esquemático; Fonte: Autora.....	73
Figura 47 - Diagrama de funcionamento da habitação; Fonte: Autora.....	74
Figura 48- Modelos de recolha de paredes que podem ser utilizados Fonte: Autora	74
Figura 49- Perspetivas da configuração da habitação; Fonte: Autora.....	75

Introdução

I- Enquadramento Temático: Pergunta de partida

No decorrer deste trabalho, tentamos compreender as diversas ambiguidades que se tem em torno do conceito *comunidade*. Estudam-se em conformidade com a *comunidade*, meios de intervenção relacionados com a identidade do local, as afinidades e identificação dos indivíduos com o meio a nível cultural e social, os impactos que cada intervenção possa vir a causar no lugar, bem como mecanismos para que se possa criar relações entre os indivíduos e a conceção do espaço, no intuito de se fazer presente a participação deles no seu habitat e nas respetivas tradições.

Desta forma, a inclusão desempenha um grande papel para o desenvolvimento de várias temáticas abordadas ao longo do trabalho, sendo capaz não somente de abrigar e reunir indivíduos, mas também de exercer o papel de reconhecimento e representatividade do povo.

Esta inclusão, é estendida para além da inclusão do indivíduo na sociedade através da *comunidade*. É também a inclusão de uma história, de uma identidade, tendo em conta fatores como o tempo e o espaço.

Dito isto: É possível nos dias atuais com o nosso estilo de vida ocidental, construir uma interligação entre uma cultura considerada primordial/ ancestral, e a nova civilização moderna e pós-moderna?

II- Pertinência do Tema: Um testemunho

Aos oito anos de idade, deparei-me com um cenário sofrido, ao ver um senhor e algumas crianças em torno de um contentor de lixo, em busca de comida para se alimentarem ou de mais qualquer coisa que lhes pudesse ser útil, e os mesmos encontravam-se num estado deplorável e aparentemente desabrigados. Esta situação foi para mim devastadora. Era uma realidade na qual recusava crer que existisse, do mesmo modo que não compreendia o porquê de existir. Era muito mais chocante e devastador porque me encontrava dentro de um carro, logo após sair da padaria com o meu pai e a minha irmã onde posteriormente nos dirigíamos para o conforto da nossa casa.

Perguntava-me, não somente o porquê de haver pessoas naquelas condições, mas de alguma forma sentia-me, e confesso que continuo a sentir, uma total injustiça pelo facto de vivermos realidades tão diferentes, num mundo que efetivamente deveria proporcionar-nos iguais condições de vida, mais particularmente o nível básico e elementar. Uma estabilidade para que todos pudéssemos viver condignamente e que abrisse portas com as mesmas oportunidades para todos. Afinal, eu simplesmente havia nascido numa família que me podia proporcionar tais condições, não houve mérito algum da minha parte, senão esta sorte, esta bênção ou como se quiser chamar: este privilégio.

Naquele mesmo dia, o meu maior sonho nasceu. Eu precisava de fazer alguma coisa, eu queria, e sentia a necessidade na mesma intensidade que sinto todos os dias de o fazer... poder ter a oportunidade de proporcionar melhores condições de vida ao maior número de pessoas que pudesse, em igual estado e semelhança.

Surgiu-me então a ideia de construir orfanatos. Mas adultos não vão para orfanatos. Precisava conciliar um espaço para as crianças necessitadas bem como para adultos necessitados, e com o tempo surgiu-me os abrigos comunitários como resposta a este problema. Tinha noção de que muita coisa ainda haveria de ser revista, e de que não seria fácil, mas eis o motivo pelo qual, toda esta problemática acaba por informar este trabalho de dissertação.

III- Metodologia de investigação

Sendo a província da Huila, município do Lubango a minha cidade natal, onde tem curso o presente trabalho, tenho a oportunidade na base de um conhecimento próximo, por ter nascido e ter crescido no território, de conhecer o seu clima, os hábitos e costumes dos seus habitantes, as suas vivências, as suas necessidades, as carências e as riquezas do lugar, entre outros aspetos.

Enquanto investigação, tive também a oportunidade de poder falar com as pessoas da cidade, mais especificamente com pessoas que passam por dificuldades, para se obter dados mais específicos sobre as problemáticas existentes, e para um estudo sobre a resolução a nível mais prático; bem como de pessoas que ainda resguardam as tradições originárias da zona, e que serão de grande importância para a construção de um novo olhar na conceção e elaboração do espaço que aqui se quer propor.

Recorri também a pesquisas sobre *comunidades*, onde exploro a existência de múltiplas e contrastantes maneiras de se compreender o conceito de *comunidade*, as suas influências e interações na vida do indivíduo com o meio, através de vários autores, tais como:

O sociólogo francês René Maunier, Ignacy Sachs, Ferdinand Tönnies, Zygmund Bauman, e pesquisas sobre *comunidades* africanas, por Kwame Gyekye, e da inserção dos indivíduos nas mesmas por Siegfried Giedion, e Rui Duarte Carvalho, através de um exemplo mais específico;

Estudos de abrigos no geral, sobre o território, características do espaço urbano etc., tudo enquanto agentes fundamentais para se dar uma resposta adequada, a problemática na qual se refere o presente trabalho.

IV- Desarticulação do objeto Mwila

Ao Sudoeste de Angola, na província da Huila, é originário o povo sociocultural Nyaneka-Nkumbe, atualmente conhecidos como Ovanyanekas, e dela faz parte o subgrupo Ovamuilas ou Mwilas, grupo étnico que habita no planalto da Humpata e na região do Lubango. Os Mwilas podem ser encontrados principalmente em Mucuma, na área de Chibia e Lubango.

Tendo em conta a sua tradição oral, eles se estabeleceram na província da Huila durante o século XVII, devido a uma seca que os fez abandonar suas terras no país de Quilengues. Ao contrário de outros grupos étnicos, como por exemplo, o grupo Ovimbundu localizados na província do Huambo que fugiram de Angola, para o país vizinho, a Namíbia como resultado de guerras, seca e invasão de poderosos grupos étnicos, o povo Mwila e o seu grupo étnico-mãe Nyaneka-Humbe não se dispersaram para fora de Angola.

Segundo as notícias históricas correntes, os Mwilas, assim como os outros grupos pertencentes aos Nyaneka-Nkumbe, são identitários ou seja, cada um deles possui características distintas marcantes, nomeadamente, por uma estrutura específica que mantém os seus membros ligados entre si, por uma homogeneidade de atitudes que consciencializa os seus membros das suas semelhanças e das diferenças, relativamente aos outros, por uma especificidade organizativa, pelas suas particularidades linguísticas, pela sua dinâmica, enquanto grupo, e por um espaço no qual se desenvolvem, numa permanente interação com os outros.

Qualquer um dos grupos mencionados ultrapassa os limites dos espaços rurais para se estender, igualmente, a zonas urbanas. Aqui, em contacto estreito com culturas locais e não só, as suas referências culturais vão-se transformando. Melhor dito, alguns dos seus membros vão sendo aculturados. Nos novos contextos em que se vão integrando são postos em evidência novas referências e novos valores que são, paulatinamente, assimilados.

Os Bantu que habitam a região Sul deste país, também se fracionaram em diversos grupos étnicos que se distinguem entre si pela sua indumentária, pela língua, pelas suas formas artísticas, pelo toucado, pelos sinais infligidos no corpo, pelos etnónimos e pelas manifestações de consciência identitária. São eles os Handa, os Nkhumbi, os Mwilas, os Nyaneka, entre outros.

Este grupo é de origem Bantu, povo que emigrou para vários países a sul do equador, no continente africano, com o intuito de encontrar melhores condições de vida. Está dividido em distintos subgrupos, localizados em várias zonas da província da Huíla. A sua migração ocorreu por volta do século XVI, partindo da zona sul de Angola para se fixar no planalto da Huíla.

O grupo etnolinguístico NyaneKa-Nhkumbi dedica-se mais à criação de gado e, nalguns casos, para variar a dieta alimentar, à agricultura rudimentar. A denominação atribuída à província da Huíla derivou do original “Mwila”, do subgrupo étnico NyaneKa (Ovamwila).

O termo Nyaneka vem do verbo Okunyaneka, que em português, significa estender ou expandir, e Nkhumbi, do substantivo Ononkhumbi, que significa grandes sofrimentos. Isso pressupõe que, durante as migrações, estes povos enfrentaram diversas vicissitudes.

V- Apresentação do trabalho

O presente trabalho, constitui antes de mais, uma reflexão sobre questões relativamente ligadas aos novos modos de vida, importados das sociedades modernas, em relação a grupos comunitários que ainda visam manter a sua identidade étnica, centrando mais propriamente no povo Mwila.

Eis o motivo pelo qual, na primeira parte do trabalho se fala da *comunidade*, como um dos pontos cruciais, diferenciando-o assim, do conceito e da terminologia *sociedade*. E como tal, temos como objetivo final, a realização de uma *COHAUSING* habitacional logo, houve a necessidade de se compreender a relação e inserção do indivíduo numa *comunidade*, os conceitos gerais e específicos, isto é, dentro das *comunidades* africanas, que é abordado no segmento da questão *comunidade*, que nos fornecem bases que permitem agarrá-las e absorver questões essenciais para resolver também a problemática “viver em *comunidade*”.

Na segunda parte do trabalho, apresentamos a cultura Mwila, para que se possa trabalhar com a preservação da sua identidade cultural, nos dias atuais, compreendendo posteriormente quais as causas e processos de aculturação a que estas pessoas estão sujeitas, diria até mesmo, expostas.

Estuda-se também o território do município do Lubango na província da Huíla, de onde é originário o povo em estudo, as suas características geográficas e o seu planeamento urbano. Consequentemente, uma interpretação do arquiteto sobre o espaço, isto é, a forma como particularmente observo e sinto o espaço, encaro a vivência dos desabrigados no território, enquanto estudante de arquitetura.

Na terceira e última fase, passo à parte prática do trabalho, onde se resolve questões relacionadas a carência existente do povo originário da tribo, sem distinção daqueles que não se reconhecem como tal, ou que não vivem a cultura, que a aceitam ou a rejeitam, e até mesmo daqueles que não são pertencentes a este grupo étnico, a fim, de se criar condições que possam ajudar a contornar o problema destas pessoas, através do comunitarismo, da identidade cultural em comunhão com elementos da modernidade, para que se possa implementar a inclusão destas pessoas na conceção de uma *COHOUSING* habitacional.

Revisão da literatura

Capítulo 1- *Comunidade*

A *comunidade* surge, e passo a redundância, do desenvolvimento comunitário, que visa melhorar as condições de vida daqueles que habitam o seu espaço, respeitam a sua história, a sua cultura e as suas características particulares, em busca de um equilíbrio para a integração de uma determinada população que se revê unida nas mesmas tradições e valores.

O sociólogo francês, René Maunier, na sua obra *L'Origine et la Fonction économique des Villes* (1910), declarou que a natureza essencial de uma cidade reside na sua complexidade. Observou que a cidade não era simplesmente um fenómeno económico ou geográfico, mas essencialmente, um complexo social que, deve ser reconhecida como uma entidade social e não como uma simples ferramenta geométrica ou económica. Se as sensibilidades, as questões humanas não se sobrepõem às questões de remuneração financeira ou económica, e deste modo, não são refletidas e necessárias no código construtivo, então estamos numa situação frequente, a que ele chama de *crescimento canceroso* que se espalha e destrói a estrutura interna e externa da cidade, e a vida do indivíduo fica atomizada, ou seja, as relações interpessoais, afetivas, de união e interação entre as pessoas, fazem parte da constituição natural de uma cidade, tanto quanto ou mais, fazem os outros fatores que a compõem, e que de outro modo, esta estaria arruinada.

Mas, esta opinião não é igualmente partilhada por todos, de modo que, o autor Ignacy Sachs no seu texto “Sociedade e Civilização” (2004), baseado na tese do sociólogo alemão Ferdinand Tönnies, que considera este tipo de *comunidade* a *Comunidade de Sangue*, fala sobre a questão dizendo: estas relações comunitárias fundadas no sangue, no lugar e no espírito, são demasiado vagas para que delas se possa extrair, o princípio de que a lei da *comunidade* é o amor, ou seja, um equilíbrio orgânico de natureza afetiva e sentimental, fundada no sentimento, na fraternidade, na desconfiança face á relação estatutária guiada pelo cálculo ponderado, pelo egoísmo, pela busca da felicidade pessoal, esta forma primigénia de organização social, vive e prospera numa economia comunitária. (Tönnies, 2000).

Onde, todos os bens espirituais e materiais são comuns, a organização económica é uma economia da reciprocidade, A terra e todos os outros bens pertencem a todos, e todos podem dispor deles livremente. Existe, pois, uma tendência para a valorização daquilo que é comum logo, comunitário. A economia comunitária é uma unidade orgânica, à imagem da *comunidade*, a qual se funda no prazer, no amor, nos hábitos comuns, nos costumes e nos laços espirituais.

Sachs diz que não é lícito deduzir desta pretensa lei que, as dignidades e funções comunitárias dão lugar a uma autoridade que não se funda no medo e na força, mas na reputação, na consideração, na sabedoria e na sapiência, livremente aceites (Sachs, pág.149).

Quando a *Comunidade de Sangue*, nome atribuído por Tönnies, significa relações que se estendem para além do grupo familiar ou dos graus de parentesco, dá lugar à *Comunidade de Espaço* ou de vida física, que se manifesta pela proximidade espacial dos habitantes, surge também a *Comunidade Espiritual* expressa uma *comunidade* de vida mental, que une todos os indivíduos pertencentes à *comunidade*.

As *Comunidades de Espaço e Espiritual* são indispensáveis à criação de qualquer *comunidade* humana, porque ambas colaboram para formar o carácter dessas *comunidades*. Assim, pode afirmar-se que a *Comunidade Espacial* e *Comunidade Espiritual* representam a formação de *comunidade* verdadeiramente humana e suprema.

Passo então, para um contexto mais amplo e explicativo, que nos permite compreender melhor o conceito de *comunidade*, onde é fundamental que se compreenda a necessidade de haver a terminologia *comunidade*, para a diferenciar do ciclo amplo e comum, tendo em conta a natureza da vida, enquanto pessoas, que é a de nascer, crescer e viver em contacto com outros seres humanos. Em foco, nas cidades, continuamos este ciclo de partilha de vários lugares como ruas, restaurantes, parques, praças, festas, locais de trabalho, escolas, transportes públicos, entre outros.

Tudo isto, faz-nos estabelecer contacto com outros indivíduos, porque temos a necessidade enquanto pessoas que habitam o mesmo lugar, seja uma rua, um bairro, uma cidade, de modo até mesmo involuntário, desenvolvermos esta ligação comunitária de vizinhança. Tanto quanto, aproveito para referir que de maneira geral temos o seguinte conhecimento: o homem é por natureza um ser gregário.

Portanto, esta comunhão com outros indivíduos, constituída por direitos e normas, estabelecidas para uma boa convivência entre todos os cidadãos em geral, denomina-se sociedade.

1.2 Comunidade e Sociedade

Para que se compreenda de facto a *comunidade*, é necessário distingui-la deste outro grupo social caracterizada sociedade. Sociedade é uma organização de grande escala, como a cidade, o estado ou a nação, que se funda nas relações impessoais, nos interesses particulares, no direito e na opinião pública.

Tönnies estudou a família, a vizinhança e o grupo de amigos como exemplos de estruturas comunitárias, e a cidade e o estado como exemplos de estruturas societais.

Em sua obra *Gemeinschaft and Gesellschaft*, publicada em 1887, apresenta esta distinção. O autor refere-se à *Gemeinschaft* - *Comunidade*, como aqueles grupos orgânicos e restritos que compartilham dos mesmos hábitos e costumes, da mesma linguagem, movidos pela expressão da vontade essencial. E à *Gesellschaft* - *Sociedade*, como um agregado de indivíduos que se operacionalizam de maneira prática para desempenhar as suas funções, são derivados daquilo a que ele considerou vontade arbitrária.

A estes dois tipos de vontade: vontade essencial e vontade arbitrária, que o autor nomeia para cada um dos grupos sociais, são provenientes do que ele denomina como vontade humana. Onde a vontade essencial é a tendência básica, involuntária ou espontânea, que promove a atividade humana, e a vontade arbitrária, que determina a ação humana com base no futuro, através do desejo deliberado e reflexivo.

A vontade essencial domina a vivência dos artesãos, camponeses, agricultores, ou seja, das pessoas comuns, normalmente de classe baixa e média, enquanto a vontade arbitrária é caracterizada por atividades dos homens de negócios, das pessoas que possuem autoridade, dos indivíduos de classes superiores.

A primeira característica que Tönnies utiliza para diferenciar *comunidade* de sociedade, é o tamanho dos grupos. As *comunidades*, tendem por natureza a ter dimensões mais reduzidas com relação as sociedades. Constituídos muitas vezes por familiares, *comunidades* baseadas na relação de responsabilidade e reciprocidade,

relação de similaridade comportamental, na cooperação, na partilha das mesmas crenças e ideais, das mesmas habilidades e de dependência, em que a convivência diária da *comunidade* cria, por conseguinte, um elo de ligação entre os indivíduos.

O autor, menciona três tipos de *comunidade*, baseado no número de indivíduos que a constituem, tendo em conta a motivação que os une e o seu meio. Estas *comunidades* são denominadas por: parentesco, vizinhança e camaradagem.

Parental: a casa, constitui a sede e o corpo do parentesco. As pessoas vivem juntas debaixo de um teto protetor, compartilham dos mesmos bens e dos mesmos prazeres, se alimentam da mesma comida e se sentam juntos a mesa. Assim, os mesmos preceitos asseguram com maior firmeza a vida de cooperação pacífica.

A vontade do espírito, parentesco são deixados confinados nos muros da casa sem aconchego e proximidade física. Podem viver por si, sobrepondo-se a distância em virtude do sentimento e da imaginação de atividades em comum ou coletivas. Entretanto, buscam ao máximo a proximidade física e rejeitam a separação, já que a relação com outros indivíduos satisfaz o desejo afetivo.

Vizinhança: corresponde ao carácter geral da vida compartilhada na *comunidade*. A relação de proximidade espacial entre as habitações, a repartição dos mesmos espaços exteriores, e dos mesmos equipamentos, ocasiona encontros entre os indivíduos da *comunidade*, que acabam por compartilhar conhecimentos e desenvolver intimidade entre eles. As tarefas e os costumes frequentes, aumentam a interação e o contacto entre os habitantes.

Camaradagem: considerada a mais abstrata das mencionadas por Tönnies, permite que os habitantes estejam ligados por um laço espiritual. É tida como consequência dos mesmos princípios, das mesmas motivações, pelos trabalhos semelhantes desempenhados por cada um deles, pela divisão do mesmo espaço social, por participarem das mesmas atividades coletivas, vão conseqüentemente originar uma relação de afeto e empatia entre os habitantes.

Posto que a fonte originária da *comunidade* é a consanguinidade, ou seja, a família, o estudo desta última, afirma Tönnies, é por excelência o estudo da própria *comunidade*, tal como o estudo da célula orgânica é a vida.

Na sociedade, autor referencia que a medida em que uma cidade cresce, gera consigo a perda da simplicidade que está diretamente associada a uma *comunidade*. Quanto mais ligados duas pessoas estiverem por uma mesma *comunidade* que lhes permita manter contacto constantemente, menor é a hipótese de se verem como instrumentos para alcançar os seus propósitos.

Numa sociedade, toda a socialização comum pode ser compreendida como correspondente à troca de bens materiais. Isto, instala uma visão utilitarista do outro e alimenta as interações sociais baseadas na troca de valores. Esta cooperação de interesses torna possível a troca e a expansão da mesma, como vontade geral da sociedade.

Tönnies, defende que a realização da troca forma o conteúdo da vontade social. A vontade de troca torna-se universal e com ela, o desejo de equidade da troca.

A equidade é atingida pelo consenso no julgamento do valor. Dada a universalidade da troca e a vontade social sobre ela, o valor das coisas é o valor que a sociedade lhes atribui, mais do que aquele dos indivíduos envolvidos na troca. Em consequência, a propriedade comunal extingue-se com a sociedade e assim, o aumento da propriedade individual através de trocas, torna-se no grande valor da sociedade.

Numa sociedade, o custo dos objetos é fruto do esforço e do trabalho direcionados na sua realização. Este pressuposto determina todos os princípios e nivela todas as coisas. Deste modo, gera-se a necessidade de mercado enquanto entidade reguladora, e desta o dinheiro existe como construção mental, associada ao poder de adquirir bens e comodidades.

Esta situação destrói o equilíbrio, a desagregação social, o elo entre indivíduos, bem como os trabalhos deixam de ser realizadas para um bem comum, ou seja comunitário, de tal maneira, que os indivíduos sentem-se forçados a preocupar-se apenas com o seu bem-estar em detrimento do bem estar coletivo, e passam a dedicar-se a atividades pré-definidas pela sociedade, que lhes conceda algum resultado pessoal e preferencialmente aquelas que requerem o mínimo de tempo e esforço possível.

Nos dias atuais, a individualidade rege a sociedade, tornando os interesses e as satisfações pessoais um obstáculo para o bem-comum.

Para o autor, numa sociedade os indivíduos mantêm-se separados apesar de tudo o que os une e, portanto, a sociedade é uma evolução das *comunidades* em que, pela sua dimensão, os vínculos de afinidade com os outros são dissolvidos, cada indivíduo cuida de si e dos seus. A conceção geral que o autor diz resultar sobre toda esta temática, é que a constituição natural e subjacente da civilização (embora agora perdida para nós), é comunista, enquanto a constituição contemporânea e em desenvolvimento do futuro é socialista, baseada no interesse, independentemente do coletivo.

Zygmund Bauman, na sua obra *Comunidade- A busca por segurança no mundo atual*, pág.7, diz: “Se alguém se afasta do caminho certo, frequentemente explicamos sua conduta reprovável dizendo que “anda em má companhia”. Se alguém se sente miserável, sofre muito e se vê persistentemente privado de uma vida digna, logo acusamos a sociedade - o modo como está organizada e como funciona. As companhias ou a sociedade podem ser más; mas não a *comunidade*. E que “pertencer a uma *comunidade* significa renegar parte de nossa individualidade em nome de uma estrutura montada para satisfazer nossas necessidades de intimidade e da construção de uma identidade”.

A necessidade de se clarificar a diferença de ambos conceitos, ajuda-nos a compreender o que buscamos e como tal, podemos entender que em uma sociedade a constituição é feita por indivíduos que se aglutinam de forma impessoal, pelas suas diversidades e dinâmicas que fazem parte das sua redes de convivência direta e indireta, tendo como base um conjunto de regras normativas e de valores específicos que servem para mediar o processo de relação entre estes indivíduos. Enquanto que, em uma *comunidade* os integrantes possuem relações mais conectadas e próximas estabelecidas dentro da vontade comum.

Desta forma, são construídas determinações quanto a valores e interpretações de fenômenos dos quais todos os seus integrantes compartilham e valorizam, em alguma medida, em detrimento dos ideais e características que são atribuídas ao comportamento dos que se encontram do lado de fora.

Porém, os dois grupos de indivíduos ou tipos de organização social, podem existir através de uma escolha pessoal, ou seja, são produtos de uma opção ao modo de viver social que cada individuo recorre.

1.3 Relação e inserção do indivíduo numa COHOUSING

Para se viver em *comunidade*, é necessário que se tenha essencialmente a preocupação de se compreender e responder as questões de inserção dos indivíduos no meio, tendo em conta que estas acarretam consigo, necessidades que os mesmos apresentam e mereceram ser respondidas.

Existe a necessidade destas pessoas estarem num espaço em que elas se reconheçam, que seja possível identificarem as suas vivências, os seus ideais, as suas raízes, e que possam enxergar dentro dos possíveis, a realização dos seus anseios.

O autor Siegfried Giedion, na sua obra *Architecture you and me*, faz referência sobre como os meios de expressão são necessários, e que sua finalidade é servir de recipientes para os nossos sentimentos: «Assim, cada homem anseia por um ambiente que seja o símbolo ou espelho de seus desejos interiores», pág. 3.

Portanto, a *comunidade* deve retratar denominadas características que constituem a identidade das pessoas ou do local, a fim de se conceber um espaço que represente esta identidade, baseado na raiz, na crença e na história que um determinado grupo de indivíduos possui.

O autor também faz referência sobre como a sociedade tem nos feito estabelecer uma certa autonomia, que não nos permite manter um contacto mais próximo e afetivo com as pessoas ao nosso redor. Diz que, o que nos é exigido hoje, é um contato quase completamente neutro entre pessoa e pessoa sem relação íntima. Que todos nós precisamos de alguns relacionamentos mais amplos em nossas vidas privadas, além do círculo familiar pois, estas relações neutras fora da casa tornaram-se tão necessárias hoje quanto as instalações sanitárias dentro dela, portanto a vida de um número de pessoas no mesmo lugar só adquire significado quando algum cuidado é tomado por seu estímulo espiritual fora do lar familiar.

«É indispensável para o equilíbrio do homem que ele tenha a sensação de que tudo no ambiente urbano foi concebido para ele em suas próprias dimensões humanas... o autor continua ao dizer: Não recomendamos o retorno a um modo de vida primitivo. Nós amamos a civilização moderna. É uma das poucas expressões honestas do nosso ser hoje. É uma parte de nós. Mas não é o todo. Há muito tempo, o homem perdeu a chave

para o significado interno das técnicas, do trânsito, do cotidiano de sua vida. Seus sentimentos interiores foram desassociados destes, porque a arte oficial da arte perdeu todo o contato com a vida que surgiu dessa civilização. Nenhuma civilização pode se desenvolver sem as notas altas que chamamos de arte». Giedion, pág.94.

Embora seja fundamental o contato frequente com outras pessoas, e a realização de tarefas e atividades coletivas em prol do bem comum, todos nós temos as nossas particularidades.

O meio social é constituído por características culturais, estruturas sociais, institucionais ou não, que orientam e fundamentam o comportamento das pessoas que participam deste meio social. Com isto surge a socialização como processo de aprendizagem e conhecimento pelo qual lidamos durante toda nossa vida.

Esse processo é encarregue por assegurar que o sujeito social aprenda as normas de boa convivência e de interação com os demais sujeitos, que participam do mesmo meio social, tendo em atenção o conteúdo, a linguagem, o conceito, o sistema, o modo de vida entre outros fatores, que a sua realidade possui e que exercerá uma grande influência sobre si e sobre a sua conduta.

Apesar desta grande influencia proveniente do meio social em que o sujeito se encontra ou foi criado, ele ainda possui a sua individualidade e, é nela que estão inseridas as particularidades de cada um de nós: as nossas crenças, os nossos valores pessoais, a nossa orientação sexual, os nossos sonhos e outros, essenciais e inerentes para a construção da nossa própria identidade.

É improvável que um indivíduo atinja à vida adulta sem a cooperação de outros indivíduos. Cada indivíduo é singular, mas a sua formação é composta pela intervenção e interação com outros indivíduos. É importante que na inserção do indivíduo no *ceio da comunidade*, haja para cada um, o estabelecimento de metas a serem conquistadas a nível pessoal. Uma vida ativa através de algum trabalho ou de outras tarefas, que poderão não ser de carácter coletivo, fazem com que os indivíduos se sintam úteis perante a sociedade e que disponham de uma realização e satisfação pessoal, bem como do sentimento de utilidade, que colaboraram e ajudam a fundar a motivação e a autoestima.

“Ninguém impede ninguém de ser o que é, e ninguém parece impedir ninguém de ser diferente do que é. A identidade parece uma questão de escolha e resolução, e as escolhas devem ser respeitadas e a resolução merece ser recompensada”, Bauman, pág.58.

O modo de habitar em *comunidade- COHOUSING*, distingue-se de uma população em geral- sociedade, porque procura o desenvolvimento equilibrado e integrado de uma *comunidade*, com o máximo respeito pelos seus valores próprios, a sua especificidade territorial e o respeito a sua história, sempre na intenção essencial de manter a sua identidade específica.

Para realização do desenvolvimento comunitário e efetivamente para a inserção do indivíduo na mesma, é necessário que se crie meios para melhorar as condições de vida daqueles que habitam o local. Portanto, é imprescindível que se tenha consciência sobre as potencialidades do local, para que se promova iniciativas geradoras de riqueza e de emprego, que correspondam a um plano local de desenvolvimento integrado, onde cada indivíduo possa obter a sua independência pessoal e fundamental, mas sempre dentro dos parâmetros do bem-comum, enquanto indivíduo que vivencia a *comunidade*.

Este desenvolvimento comunitário deve ir em busca da consolidação da democracia, do desenvolvimento social e inserção económica da *comunidade* como participante da economia regional ou nacional.

1.4 Comunidades Africanas

As *comunidades* africanas são tidas como um núcleo em que cada um vê o seu bem-estar no bem-estar do grupo, mesmo que, o bem-estar do grupo não contribua para os seus propósitos particulares, isto porque o espírito do comunitarismo africano está centrado em seu humanismo e este por sua vez, não é individual, mas coletivo.

As *comunidades* africanas, assim como numa sociedade e em várias outras *comunidades*, não são baseadas na igualdade dos seus membros. Elas mantêm uma hierarquia e divisão de trabalho no qual, o poder normalmente se funda por valores espirituais e democráticos, contrário a visão de muitos que têm as *comunidades* africanas como fundadas em princípios de igualitarismo.

Neste sentido, recorro a Kwame Gyekye, um filósofo ganense e uma figura importante no desenvolvimento da moderna filosofia africana, que ao falar sobre o comunitarismo no pensamento sócio ético, na sua obra *Pessoa e Comunidade* no Pensamento Africano, dispõe de vários outros autores também africanos, para se poder compreender este tipo de comunitarismo africano, e para tal menciona:

Léopold Sédar Senghor que diz: “A sociedade negro-africana é coletivista ou, mais exatamente, comunal porque é mais uma comunhão de almas do que um agregado de indivíduos (1964:49). As sociedades negro-africanas colocam mais pressão sobre o grupo que sobre os indivíduos, mais na solidariedade que sobre as atividades e necessidades do indivíduo, mais na comunhão das pessoas que em sua autonomia. Nossa sociedade é comunitária” (1964:93-94).

Menciona também Ifeanyi Menkiti, onde o autor sustenta o ponto de vista africano que afirma a primazia ontológica e, portanto, a independência ontológica, da *comunidade*, ao dizer que, na medida em que os africanos são considerados, a realidade do mundo comunal, tem precedência sobre a realidade das histórias de vida individuais, quaisquer que estas sejam (Menkiti 1984: 171).

A partir deste pressuposto, Menkiti infere o seguinte:

Primeiro: A visão africana, em contraste com o acidente, “é a *comunidade* que define a pessoa como pessoa e não alguma qualidade estática isolada de racionalidade, de vontade ou memória” (1984:172).

Segundo: Que a visão Africana sustenta "a noção de pessoa como adquirida" (1984:174,178-179).

Terceiro: "Essa pessoalidade é algo que tem de ser alcançado e não é dado simplesmente porque alguém nasce da semente humana" (1984: 172).

Quarto: "No que concerne às sociedades africanas, pessoalidade é algo em que os indivíduos poderiam falhar" (1984:173). Em que poderiam ser competentes ou ineficazes, melhores ou piores.

Na compreensão africana de *comunidade* humana, esta desempenha um papel crucial na aquisição do indivíduo da pessoalidade completa. Logo, o pensamento africano considera a personalidade como algo definido ou conferido pela *comunidade* e como algo que deve ser adquirido pelo indivíduo.

Kwame Gyekye discorda e afirma que Menkiti está enganado em pensar que, os indivíduos podem falhar em sua pessoalidade.

Para Gyekye, as sociedades africanas tendem a se organizar em torno das exigências do dever, enquanto as sociedades ocidentais tendem a ser organizadas em torno da postulação dos direitos individuais. Na África compreensão, é dada prioridade aos deveres que cada indivíduo deve à coletividade, e seus direitos, sejam quais forem, são vistos como secundários ao exercício de suas funções.

O autor defende que, a pessoalidade é algo que tem de ser alcançado, e não é dado simplesmente porque um nasceu da semente humana. Enquanto que na definição comunitária da vida africana, o status social de um indivíduo é medido nos seguintes termos:

O sentido de responsabilidade de uma pessoa, é expresso pelo cumprimento de certas normas sociais, através da sua capacidade de resposta e sensibilidade às necessidades e exigências do grupo; e da capacidade de alcançar através de seu próprio esforço físico, intelectual e moral, bem como, o de cumprir certas normas sociais, como ter uma vida conjugal e cuidar da educação de seus filhos.

Continua ao dizer: "Os esforços, são na verdade parte da autoexpressão do indivíduo, um exercício de uma capacidade que ele/ela tem como uma pessoa. E mesmo se no final do dia, a pessoa não conseguir alcançar o status esperado, a sua pessoalidade nem por isso diminui, mesmo que ele/ela possa perder o respeito social nos olhos dos

membros da *comunidade*. Desse modo é no *status* social, não na pessoalidade, em que os indivíduos poderiam falhar” (Gyekye, Pág.13).

O resultado é que a pessoalidade só pode ser, em parte, não completamente, definida por sua adesão à *comunidade*. O máximo que se pode dizer, é que a pessoa está apenas parcialmente constituída pela *comunidade* (Gyekye, Pág.15).

Para apoiar a sua tese, recorre também ao filósofo alemão Immanuel Kant, com base na sua análise racional, fundamentada na noção de dignidade humana ou valor intrínseco da capacidade da pessoa para a autonomia moral, ou seja, a liberdade racional.

Kant argumenta que, a pessoa deve ser tratada como um fim em si mesma. Com base nisto, Gyekye diz que o homem, e em geral, todo ser racional, existe como um fim em si mesmo, não apenas como um meio para uso arbitrário por esta ou aquela vontade: ele deve, em todas as suas ações, se eles são direcionados para si mesmo ou para outros seres racionais, sempre serem vistos, ao mesmo tempo como um fim (1965:95).

No comunitarismo em nível prático, deve-se perceber que permitir o domínio livre para o exercício de direitos individuais que, obviamente, incluem o exercício de qualidades únicas, talentos e disposições dos particulares que irão melhorar o desenvolvimento cultural e o sucesso da *comunidade*. Se o comunitarismo era de ignorar os direitos individuais, não só se mostraria como uma teoria moral e política incoerente, mas em termos práticos também se viria fora do galho em que ele estava indo sentar.

No entanto, pode dizer-se que o comunitarismo restrito ou moderado é uma teoria consistente e viável, que não se opõe aos direitos individuais, mesmo que possa, por uma razão dá maior atenção ou cuidado para outros valores comuns da *comunidade*.

Os indivíduos não têm uma propensão, uma obsessão, para insistir em seus direitos, sabendo que a insistência sobre os seus direitos poderia desviar a atenção aos deveres que, como membros da sociedade comunal, fortemente sentem em relação a outros membros da *comunidade* (Gyekye, Pág.19). Ou seja, “A única obrigação para com a *comunidade* e os seus membros não pode, e não deve ordenar a dar mais de toda a vida, e ser indiferente de seu bem-estar pessoal” (Gyekye, Pág.24).

Assim, teses como a de Menkiti, mostram claramente, a falsidade da opinião de que o comunitarismo não terá nenhum, ou muito pouco lugar pelos direitos individuais e com isto, o autor diz que tem havido um grande equívoco sobre o *status* metafísico e social da pessoa no pensamento africano. Uma das consequências desse equívoco, é que a relação da pessoa com a *comunidade* foi mal interpretada, ou melhor, dada algumas interpretações incorretas.

Passemos então para um exemplo mais concreto de uma *comunidade* africana, tendo como foco a forma como a mesma é vista pelas sociedades consideradas desenvolvidas.

Para este ponto, busco o autor Ruy Duarte Carvalho, que realizou uma exploração em território angolano, seis meses por ano (1992 - 1997), na província do Namibe, sul do país da população pastoril kuvale, os hereros, grupo etnolinguístico originário do bantu, sobreviventes de um longo período de guerras e de marginalização, de modo a fazer-nos compreender a essência singular destes pastores nómadas e das paisagens que habitam. E que apesar disto tudo, conseguem manter vivos os rituais e os costumes da sua cultura ancestral, que não os impede de interagir e conviver harmoniosamente com a sociedade angolana considerada moderna e civilizada.

Carvalho, na sua obra *vou lá visitar pastores* (2000), dividida em quatro partes: memórias, colocações, viagens e encontros: figuras; etnografias, torrentes, decifrações, desafios, ilustra o deslocamento deste povo, a sua complexidade social e o isolamento a que foi relegada. Expõe a realidade de um povo em um contexto histórico e geográfico específico, atravessado pela diversidade das etnias, línguas e tradições, das primeiras impressões sem se deixar influenciar pelas informações locais que ouvia, “é, evidentemente, redutor e leviano quase tudo o que vais ouvir acerca deles da parte das pessoas com quem contatarás na cidade” (Carvalho, 2000, pág. 24).

O autor descreve o deserto do Namibe como local produtivo, economicamente viável nas formas de ocupação efetuadas pelos kuvales - também chamados “mucubais”, designação externa ao grupo, derivado do tempo do colonialismo.

É essencial referir que, entre as populações angolanas, mesmo no tempo do colonialismo, já vigorava uma economia doméstica, virada para a exploração de recursos primários. A economia de subsistência do povo kuvale é possível por meio do conhecimento tradicional que, tendo em conta o respeito que possuem pela natureza, lhes permite extrair dela os recursos necessários à manutenção da vida em grupo e com isto, desenvolvem um modelo coerente de autossuficiência, embora sob a reconhecida pressão das aceleradas mudanças económicas e sociais da atualidade.

“É através do boi que um mucubal cresce, casa, faz filhos, prospera e come e bebe, dança e brinca, sofre e chora e dá sentido à vida” (Carvalho, 2000, pág. 185).

Trata-se de um código local, inscrito ética e culturalmente numa sociedade pastoril cuja conduta perturba as racionalidades urbanas, pois “veem assim imediatamente relativizado o seu império económico e ideológico” (Carvalho, 2015: 308).

Kuvale, é uma das mais antigas a sobreviver ao período colonial e pós-colonial com o mesmo sistema cultural. É um sistema que se fundamenta numa estrita gestão de equilíbrio ecológico e de equilíbrio social: recursos e pastos, água, sal, vacas, ovelhas e cabras, grupo de produção/grupo de consumo. Produz leite para exclusivo consumo interno, e carne, machos castrados, também para consumo, mas sobretudo para atender a encargos sociais e para trocar com o exterior.

Segundo o autor, isto tem haver com um saber que contraria princípios desenvolvimentistas defendidos, inclusive, por alguns representantes da causa humanitária, que assim como muitas pessoas os descrevem como, homens maioritariamente novos encontrados em grupos, que passeiam muitas vezes de mãos dadas, frequentemente embriagados e seguidos por mulheres igualmente jovens, gente que dificilmente verás a andar com pressa. Assim, como os pastores são unanimemente acusados de independentes, pouco controláveis, pouco dóceis, pouco respeitadores das autoridades, turbulentos, bandidos, preguiçosos, avessos tanto ao trabalho agrícola como ao trabalho assalariado e público, rebeldes à escolarização, vítimas de arcaísmo cultural, de estagnação e de imobilismo e, sobretudo, estão sempre prontos a roubar gado.

Para esses representantes da intelectualidade burguesa a errância é tão somente um vício capaz de condená-los à pobreza e à vida selvagem (vagabundos errantes). Porém, o autor consegue sutilmente mostrar que o falso discurso humanitário esconde o preconceito incrustado no império do lugar-comum e da banalização. O resultado de tudo isso são sujeitos postos à margem da história, como objeto de identificações estereotipadas e superficiais.

O autor justifica o comportamento dos pastores ao esclarecer que isso ocorre devido à situação, mas não traduz o que eles são de verdade junto de seu povo, espaço e cultura. Que é necessário conhecê-los em seu habitat para compreendê-los, pois possuem uma singularidade “que acaba por ser insularidade”, e isso faz dos Kuvale um povo diferente, e é justamente pela diferença que são discriminados.

Continua, esses “vagabundos errantes” não são obrigatoriamente tão pobres assim e eles formam as populações do comum que talvez melhor tenham sabido e podido resistir ao descalabro nacional. E ninguém melhor que eles, que atuam à sua maneira, saberão extrair rendimento deste deserto, destas estepes sobre as quais aliás se poderá fazer tudo em nome do progresso e do desenvolvimento, inclusive destruí-las, mas não seguramente transformá-las em permanentes campos verdes “(Carvalho, 2000, pág. 124-125).

Fala da interferência irresponsável derivada do preconceito, baseados em argumentos que induzem noções de atraso, primitivismo e irracionalidade, por falta de compreensão e de intolerância com relação as diferenças sociais, que não lhes permite enxergar e respeitar a organização social dos mesmos, a sua vitalidade, funcionalidade e autodeterminação como atores políticos legítimos.

Com base nisto tudo, gostaria muito que a sociedade no geral, em destaque a *comunidade* angolana a qual nos referimos mais especificamente, pudessem compreender urgentemente que de modo algum, as culturas devem ser desrespeitadas e desvalorizadas, não somente e essencialmente na medida em que cada uma tem a sua importância e individualidade mas sobretudo, porque as diferentes culturais não devem distinguir-se uma das outras como superiores, mais avançadas, com maior conteúdo de civilização ou qualquer outro tipo de diferença qualitativa.

Uma comparação pressupõe uma teoria, ou seja, um tratamento minucioso que não seria possível ser realizado, sem que alguém vivenciasse todas as etapas da geração de cada cultura, bem como compreendesse de forma “sabia”, cada um dos seus elementos, gestos, técnicas, ou o que for que componha cada uma das culturas que estará sujeita a algum tipo de comparação. Afinal, o que se há de comparar? As técnicas, as religiões, os métodos, os estilos, os sistemas económicos, o modo e o meio de subsistência, as formas de sociabilidade, os processos políticos?

É uma comparação sem logica diria, onde obviamente, se encontraria diferenças e semelhanças, cabe a nós o respeito e a grandeza de retiramos o melhor de cada uma.

No entanto... toda esta teorização ao falar das *comunidades* africanas através dos Kuvaes, não é somente para que nos ajude a compreender o modo de vida desta *comunidade*, e a visão do mundo para com ela, mas também a termos de antemão, conhecimento de que pela sua reprodução entre o deserto do Namibe e no planalto da província da Huíla onde habitavam, encontramos os Mumuilas, grupo social que teremos como elemento de estudo, e que por este motivo possuem um modo de vida muito similar.

Ambas etnias são agro-pastoris, e os Mwilas são os mais numerosos cujo nome, o planalto e a província da Huíla derivam as suas designações, mas são os Kuvaes que ainda assim têm maior peso de entre todas as outras etnias pastoris.

Capítulo 2: Identidade territorial e populacional da região sul, município do Lubango, Comuna da Arimba

2.1 Cultura e aculturação do povo Huilano

Em Angola, existe uma diversidade cultural cujo território coincide com grandes e ricas tradições, práticas e patrimónios. Para além dos trunfos agrícolas, haliêuticos e mineiros, o País também possui um trunfo sociocultural excelente, as similitudes linguísticas e antropológicas dos principais grupos que povoam o seu território.

Ainda é bastante difícil delimitar e caracterizar todos os grupos existentes no país, pois alguns encontram-se em via de extinção muito por conta da escassez de estudos sobre a etnografia de Angola.

Os Mwílas, os Handa, os Nkhumbi, os Nyaneka, são grupos étnicos designados Bantu que habitam a região Sul de Angola, e distinguem-se entre si pela sua indumentária, pela língua, pelo toucado, pelos sinais infligidos no corpo, pelas suas formas artísticas, pelos etnónimos e pelas manifestações de consciência identitária.

Alguns historiadores angolanos, relatam que é natural que alguns dos traços culturais de grupos vizinhos e outros sejam semelhantes e até se confundam. Entretanto, para abordar a questão da identidade étnica de qualquer destes grupos é arriscado, insuficiente e tendencioso centrar a atenção apenas nos efeitos das circunstâncias ecológicas sobre o comportamento dos seus membros. Os membros de cada um dos grupos, ressaltam os seus valores, que devem ser sempre valorizados, respeitados e fundamentalmente destacados como por exemplo, a sujeição aos rituais, a reciprocidade, ao espírito de camaradagem do grupo e o bem comum.

A língua Mwila é falada por cerca de 6% das pessoas angolanas que residem principalmente na Humpata e no Planalto da Huila. São famosos por manter a sua cultura africana tradicional, e como tal apesar da modernização que tem afetado cada vez mais o país, os Mwilas falam Mwela, um dialeto da língua Nyaneka. Curiosamente, na cultura Mwila, não se pode mencionar o nome das pessoas em público.

A cultura enquanto conjunto de técnicas, praticas, ideias, meios de conduta, de um número de indivíduos, que as prende, ou pela qual são condicionados pela aprendizagem social, derivados de componentes biológicos, geográficos históricos e psicológicos, temos os Mwilas, um povo que se dedica à agricultura e a criação de gado como meio de subsistência, tal como os kuvaes, referidos acima.



Figura 1- Adolescente a pastorear o gado; Fonte: Nicolas Manno



*Figura 2 - Mulheres Mwilas tratam dos afazeres do vilarejo e das crianças. Fonte1: Jessartes;
Fonte2: Infoangola*

As mulheres desta *comunidade* caminham por 50 km para chegar ao mercado da Huila na cidade do Lubango, para vender mercadorias. Elas trocam seus rebanhos e colheitas por coisas como panos, cobertores, açúcar, fubá, sal e vinho, mas o gado é de extrema importância para este povo, pois é ao pilar que define suas relações de parentesco, da simbologia do fogo, das relações com o que é sagrado, da dinâmica cultural que compõe a sua identidade, do lugar que ocupam ou deveriam e continuam a lutar, para ocupar na constituição da identidade angolana.

Apesar da sua atividade mais patente bem como do seu meio de subsistência ser o gado, os Mwilas ou Mumuilas, raramente comem carne, eles preferem comer mingau, milho, frango, mel e leite. Eles matam o gado apenas em ocasiões especiais, também praticam a apicultura, já que o mel é o principal componente de sua dieta.

Segundo relatos, para além de habitarem territórios adjacentes, os mesmos constituem grupos sociais aparentados quer pela via dos usos e costumes, alguns tabus observados em contextos de participação social, determinadas práticas económicas e de cura, quer pela língua, quer ainda por outros traços exteriores da sua cultura, nomeadamente, o estilo de arquitetura, as disposições interiores, as formas artísticas e o estilo indumentar e ornamental do corpo.

As mulheres Mumuilas, são muito conhecidas pelos seus penteados elegantes e diferentes do comum, e contêm significados para a cultura Mwila. As mulheres cobrem os cabelos com uma pasta vermelha chamada oncula, que é feita de pedra vermelha esmagada e colocam uma mistura de óleo, casca de árvore esmagada, esterco de vaca seco e ervas em seus cabelos.

Decoram seus cabelos com missangas, cascas de cauri (reais ou de plástico) e com ração seca. As mulheres geralmente têm quatro ou seis tranças nontombi, mas quando têm apenas três, isso significa que alguém morreu em sua família. Muitas delas têm ainda a cabeça raspada por ser considerado um sinal de beleza. As mulheres também possuem colares de lama importantíssimos, que representam cada etapa de suas vidas correspondente a um tipo específico de colar.



Figura 3 – Mwila com o seu colar tradicional, suas tranças nontombi, sob o fundo do tecido tradicional samacaca; Fonte: Eric Lafforgue

Por exemplo, quando uma menina é prepubescente, ela usa um enorme colarinho vermelho que se tornará mais tarde um amarelo - o vikeka. Isto acontece quando surge seu primeiro período. Uma vez casada, ela usa o vilanda, que ela nunca mais vai tirar. Uma vez, é impossível decolar, com os usuários protegendo-os durante a noite dormindo em apoios de cabeça de madeira, muitos dos quais são passados de mãe para filha.

O grupo veste-se com um pano à frente e outro atrás, os chamados tchikuane. Os seios das mulheres normalmente ficam expostos, sendo que existem alguns trajes, que são representativos para a cultura e para a nação enquanto símbolos. Dormem em cima de peles de animais, cozinham em panelas de barro, assim como tem muitos outros objetos confeccionados com o mesmo material. Vivem e se organizam, de forma ecológica e económica, onde sempre vigorou uma economia doméstica, desmonetizada, virada para a exploração de recursos primários.



Figura 4- Dia de celebração com elementos tradicionais; Fonte: Jessartes;



Figura 5 – Mwilas com os peitos expostos realizam roda de dança; Fonte: Jessartes;

No seu estudo sobre o grupo étnico Nyaneka-nkhumbi do Sudoeste de Angola, Domingos Dias fala sobre casas tradicionais de pau-a-pique dos Nyaneka (do qual é pertencente o subgrupo Mwuila), efetuadas através da prática cultural, do qual passo a ilustrar.

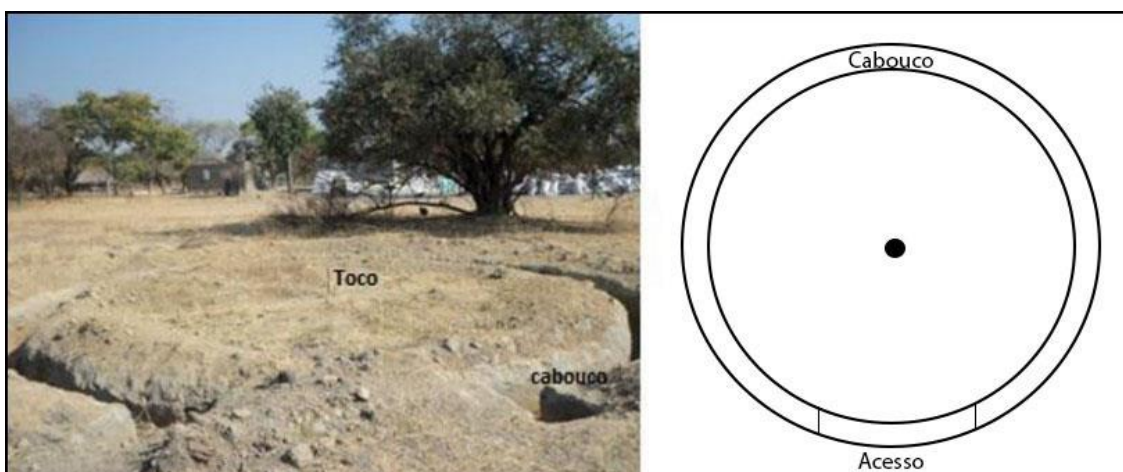


Figura 6- Marcação de uma casa de pau-a-pique, em Qué-Chikomba – Huíla; Pág. 141; Fonte1- fotografia: Domingos Dias; Fonte2- desenho: Autora



Figura 7- Fase da construção e fase final da construção de uma casa de pau-a-pique em Qué-Chikomba – Huíla; Pág 142 e 143; Autor: Domingos Dias

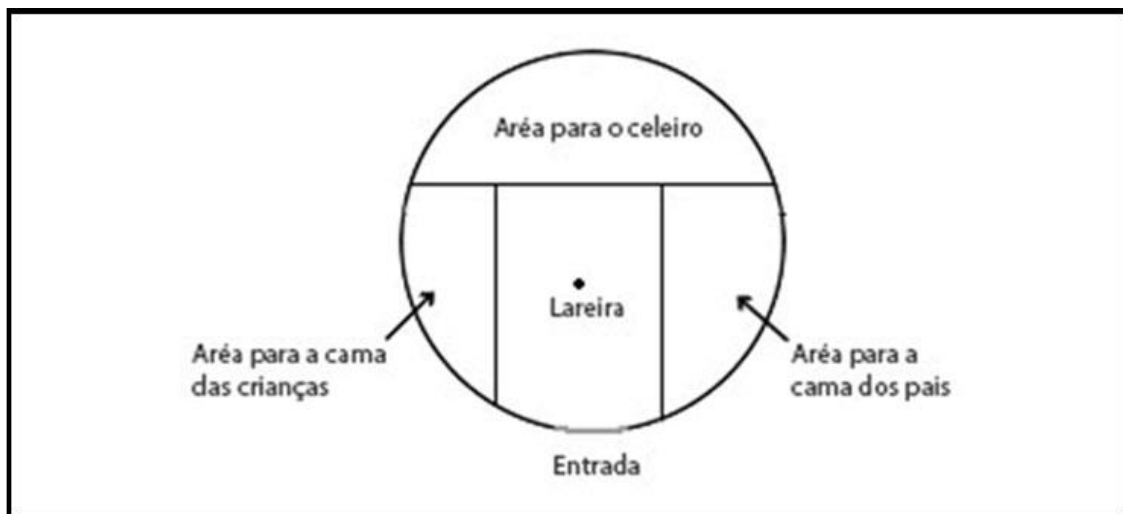


Figura 8- Esquema de divisões internas de uma casa dos Ovamuilas; Pág. 144; Fonte: Autora

A planta é dividida interiormente em quatro partes. A primeira parte é para o lado dos celeiros, a segunda parte é para a cama do casal, a terceira parte é para a cama das crianças ou visitas e a quarta parte, por norma localizada aproximadamente no centro da casa, é consagrada à lareira com três pedras formando três vértices triangulares que servem de suporte às panelas quer às de barro, quer às de alumínio, (Dias, Pág.144).

Os Mwilas, usufruem muito dos seus quintais, pois é nele onde passam a maior parte do tempo quando se encontram em casa. Temos de ter em conta que eles habitam em casas minúsculas, possuem uma dimensão muito pequena comparado a casas convencionais, assim como o uso de televisão e outras tecnologias nem sempre foi, e é tão frequente entre eles, o que torna a convivências social da tribo muito mais direta e interativa.

É no quintal, muitas vezes desenvolvido sobre uma geometria circular que reflete e representa o útero materno, que se ouve o ritmo dos batuques maioritariamente praticado por tambores, onde eles dançam muito alegremente, envolvidos de muitos significados simbólicos.



Figura 9 – Um dos modelos de organização da tribo Mwila com base na geometria circular; Fonte: Jessartes

Passemos então, a compreensão do contacto com outras culturas, no segmento de se puder compreender indícios de aculturação na tribo Mwila.

Após terem realizado deslocações forçadas pela guerra civil no país, todos os grupos mencionados ultrapassam os limites dos espaços rurais para se estender, igualmente nas zonas urbanas, e inevitavelmente entram em contacto com culturas locais e não só. Em consequência, alguns dos seus membros vão sendo aculturados. Nos novos contextos em que se vão integrando são postos em evidência novas referências e novos valores que são, paulatinamente, assimilados.

Como exemplo deste contato evidente, realizado em contextos urbanos, temos um grupo considerável de pessoas que falam a língua portuguesa, e a têm como língua materna. Vestem-se de modo ocidental, e não seguem os preceitos tradicionais de suas culturas de origem, falando bem ou mal o português, não falam a língua dos seus grupos de origem e desconhecem a que grupo pertencem.



Figura 10- Menina Mwila usa óculos modernos; Fonte: Jessartes



Figura 11- Mwilas deslocam-se ao centro da cidade; Fonte: Carlos Duarte

Indivíduos que para além de não saberem falar a língua de origem menosprezam-na, valorizando as línguas ocidentais, nomeadamente o português, o francês e o inglês e, portanto, vivem no centro de uma confluência de culturas.

Ao longo da província, mais especificamente nas áreas mais urbanizadas, é visível a modernização de forma predominante enquanto processo de aculturação e desta forma, tem afetado também a cultura Mwila pois, cada vez mais, homens e mulheres se vestem de maneira ocidental, não somente porque alguns se querem sentir “enquadrados” mas também, porque as pessoas costumam fazer graça dos mesmos quando estes se dirigem aos mercados ou ao centro da cidade. Com isto, pode ocorrer um processo que não implica simplesmente a adesão de uma outra cultura, mas que compreende também, muitas vezes, a perda ou a aquisição duma cultura precedente.

Os membros de uma cultura, estão em constante interação entre si e com os outros membros de outras culturas, facto que impõe certas mudanças, nomeadamente comportamentais, indumentares, ideológicas e linguísticas.

Com efeito, independentemente do status social, do lugar que habitam, das práticas que desenvolvam e dos traços culturais que apresentem é importante considerar o seu sentimento e consciência de pertença, bem como os limites subjetivos e autoconstruídos que os permitem identificar-se e distinguir-se dos outros. Neste contexto, os etnónimos com os quais os mesmos se autoidentificam, bem como as suas noções de identidade e de grupo que possuem particular relevância.

É de se referir, o facto de que em Angola, as dinâmicas sociais, no seu curso, foram proporcionando a criação de novas e outras identidades étnicas, bem como o despontar de novos sentimentos identitários, podendo haver ao longo do país, quem se possa sentir e designar como parte de um grupo étnico do qual não pertença.

Para pessoas que vivem em zonas urbanizadas, a sua origem étnica não possui significado nenhum, nem relevância em suas vidas. São pessoas que não se afirmam etnicamente, e não conseguem sequer explicar a que grupo étnico pertencem e por isso, simplesmente designam-se por angolanos.

Embora este sentimento nacionalista possa emergir, particularmente, da interação natural das pessoas em busca do seu sentido de vida ou de status social, do contacto com culturas ocidentais e da elevação do nível de escolaridade dos diferentes atores sociais, é de reter que o mesmo foi reforçado com a guerra que abalou o país.

Num tal contexto, além de se terem multiplicado os cruzamentos étnicos, foi salvaguardo os interesses comuns das pessoas, independentemente da origem, o que veio a ofuscar, de algum modo, as implicações de ordem étnica.

A mudança cultural, normalmente não é somente a adição de um novo elemento à cultura, mas também a eliminação de certos elementos pré-existentes, a modificação e organização dos outros. A apropriação pode verificar-se nas mais diversas ocasiões e em virtude das mais diversas interações.

Neste contexto, os grupos sociais realizam mais apropriações de elementos estranhos (neste caso os Mwilas, necessitam vestir-se de modo ocidental para que não sejam ridicularizados quando se dirigem a cidade), do que a produção de elementos próprios, por critérios individuais, inventivos ou descobertos.

Entretanto, a província da Huíla é uma das poucas que sempre soube conservar as raízes herdadas dos seus ancestrais, cujo conhecimento tem sido transmitido de geração para geração, apresentados oralmente, por escritos ou encenação no intuito de não se deixar levar por um sistema perturbado pela ocidentalização, tentando sempre manter-se culturalmente e até mesmo economicamente independente.

A sociedade moderna procurou criar uma identidade através do consumo, associada ao progresso, num sistema vertical progressivamente homogeneizado por uma identidade comum, podendo talvez afirmar que se trata de uma identidade global pretensamente única, construída ou promovida pela nação, ou por nações que partilham uma noção comum de progresso, através da política e instituições promotoras ou reguladoras do estado.

Características como a linguagem, o modo de vestir, de estar e subsistir, são algumas características predominantes da cultura Mwila, que acaba por ter como função possibilitar a comunicação, a cooperação e a interação, enquanto laços de união e semelhança entre aqueles que fazem parte da mesma.

Todo este material cultural constitui matéria de ostentação e poder para a nação angolana, enquanto história, como sistema económico, político e cultural, e fundamentalmente para a construção da identidade nacional afinal, a cultura popular é sempre fundamento de identidade nacional, assim como parte integrante do processo de construção da identidade individual, como forma de vida, de desenvolvimento, e de identificação social enquanto grupo.

Os Mwilas são uma *comunidade* tradicional cuja vivência diária e o destino, são partilhados pelos seus membros de forma indissociável, por nascimento, nos limites de uma localidade previamente delimitada.

Compreender a cultura e alguns agentes de aculturação em torno desta *comunidade*, ajuda-nos a refletir nos diferentes agentes exteriores que alteram a vivência de um grupo social e até mesmo da identidade de uma nação. Mas, é necessário também, que se entenda que nenhuma cultura é estática, que independentemente do número de indivíduos que a compõem, do isolamento ou de qualquer outro elemento, origina uma estagnação completa no desenvolvimentos de um povo, devido a novas ideias que surgem ao longo do tempo, novas formas de condutas, novas técnicas, diferentes formas de pensar e agir.

Difícilmente se encontrarão os mesmos hábitos e costumes que manifestem transformações similares nos mais variados aspetos que as definem. O tempo, o passado histórico, a conjuntura situacional, a estrutura da própria cultura, formam a diversidade que reveste a estrutura de cada cultura e, é por isto que a transformação cultural é inegável sob qualquer aspeto, forma ou expressão.

2.2 Características geográficas, território e planeamento urbano da cidade da Huíla, município do Lubango

Localização Geográfica e Delimitação Territorial

A Província da Huíla localiza - se no sudoeste da República de Angola, entre os paralelos de 13° 30' e 16° 30' de latitude sul, e nos meridianos de 13° 30' e 16° 30' de longitude leste, apresenta altitudes que variam entre os 1.000 e os 2.300 metros, destacando-se a cordilheira da Chela e o seu conjunto de serras. Possui uma população de 2.354.398, maioritariamente rural (1.573.018 habitantes), segundo os resultados do censo 2014, e com uma dimensão de 79 023 km², sendo a província mais populosa de Angola depois da capital Luanda.

A Huila é constituída por 14 municípios: Caconda, Cacula, Caluquembe, Chiange, Chibia, Chicomba, Chipindo, Cuvango, Humpata, Jamba, Matala, Quilengues e Quipungo e Lubango como capital da província, com uma área de 3.140 quilómetros quadrados (1.210 sq mi), uma população de 1.414.115, e a densidade populacional de 450. Limita-se a Oeste com a província do Namibe, a Norte com a província de Benguela e Huambo, a Leste com as províncias do Bié e do Cuando Cubango a Sul com a província do Cunene.

Nela se localiza a comuna da Arimba, correspondente a área de intervenção no presente trabalho, que se situa a 12 quilómetros a Sul da cidade do Lubango. A comuna da Arimba possui uma superfície territorial de 343,5 quilómetros quadrados, e uma população estimada em 55 mil e 444 habitantes, de acordo com dados provisórios do Censo de 2014.

A província da Huíla, encontra-se praticamente toda localizada na zona de climas alternadamente húmidos e secos das regiões intertropicais de ventos alisados, com exceção do Sul e do Sudoeste da província, onde é nítida a influência da zona das calmarias tropicais. Caracteriza-se por temperaturas anuais médias próximas dos 18 graus, com temperaturas mínimas acentuadas na estação seca.

O clima é, em geral quente ou tropical com a temperatura média anual superior a 20°C, mas nas áreas situadas a maior altitude pode ser classificado como clima

temperado quente, como por exemplo, se verifica nos postos da Humpata (17,2°C), Tchivinguiro (17,8°C), Lubango (18,6°C), Kuvango (19,5°C), Quipungo (19,6°C) e Caconda (20,0°C).

A estação das chuvas é de curta duração no Sul, ocorrendo em apenas quatro meses, de Dezembro a Março, sendo os meses de Abril e Novembro de transição, com exceção do noroeste da Huíla, onde se nota um pequeno cacimbo em Dezembro ou Janeiro, as chuvas apresentam apenas um máximo em Janeiro, Fevereiro ou Março.

O clima quente e temperado em Lubango, chove muito mais no verão que no inverno e tem uma pluviosidade média anual de 860 mm.

A amplitude da variação anual da temperatura do ar é inferior a 10°C. São raros os registos de temperaturas mínimas inferiores a 0°C, embora algumas vezes se possa verificar temperaturas muito baixas.

Das cinco grandes bacias hidrográficas de Angola, duas localizam-se na província da Huíla pelos rios Cunene e Cubango, onde simultaneamente se encontram os solos mais férteis para a agricultura.

Os solos desta região, segundo Diniz e Aguiar (1966), destacam-se fundamentalmente pela existência de duas unidades pedológicas bem relacionadas com as características climáticas, no que se refere em especial aos valores de precipitação e, de certo modo, também ao grau de secura do ar. A província da Huila tem como riquezas naturais em destaque o ouro, diamantes, caulino, mica, granito negro, urânio, magnésio e água mineral.

Com relação a atividade económica, a situação agrícola da província da Huila caracteriza-se por um sector privado de fraco desempenho, que não foi capaz de manter os níveis de produção das unidades agrícolas após a independência e um sector tradicional dormiente, centrado na autossubsistência. A produção agrícola decaiu gravemente nos últimos 25 anos e a província depende de importações para satisfazer a procura de cereais. No sector tradicional, o número total de famílias camponesas na província calcula-se em aproximadamente 140.000, cultivando os seguintes produtos agrícolas numa área total de aproximadamente 300.000 ha: milho: 160.000 ha, massambala: 80.000 ha, massango: 30.000 ha, e outros produtos agrícolas: 10.000 ha.

Território e Planeamento Urbano

Urbanismo e Arquitetura em Angola (2012), é uma obra da arquiteta urbanista Maria Manuela da Fonte, que aborda os planos urbanísticos no contexto angolano, enquadrados pela expansão rodoviária em Angola, onde reúne e resume informações sobre arquitetura e urbanismo do País, desde as cidades aos pequenos colonatos, agrupando-os e classificando-os.

A província da Huila, município do Lubango, bem como seus outros municípios, são urbanizações projetadas sob influência da rede rodoviária existente na província. O transporte ferroviário surgiu com a intenção do estado português de intensificar o estabelecimento de europeus nas regiões interiores de Angola. Por isso, sentiu-se a necessidade de investir numa rede de transportes que levassem bens e mercadorias para outras partes do território. Fruto desse investimento, surgiram quatro linhas de caminho-de-ferro: o caminho-de-ferro de Luanda (CFL), do Amboim (CFA), de Benguela (CFB) e de Moçâmedes (CFM).

Assim, fazia-se fundamentalmente, entre a relação europeia e a africana (em pequena escala) especialmente a troca de produtos agrícolas, ou entre europeus resultava exportações de produtos de cada região. Da dimensão dos aglomerados, depreende-se a sua importância relativa face ao território, sendo alguns deles apenas pequenos conjuntos-grupos de casas que se foram mantendo inalteradas, durante décadas.

Devido ao comércio, estes aglomerados estabeleciam-se junto das vias rodoviárias, seu único meio de acesso. Apenas a partir anos 60 se intensifica a infraestruturação rodoviária, assumindo os traçados das vias preexistentes, muitas delas simples picadas. Desta forma, estes aglomerados são atravessados pela estrada, que se torna parte integrante do núcleo urbano.

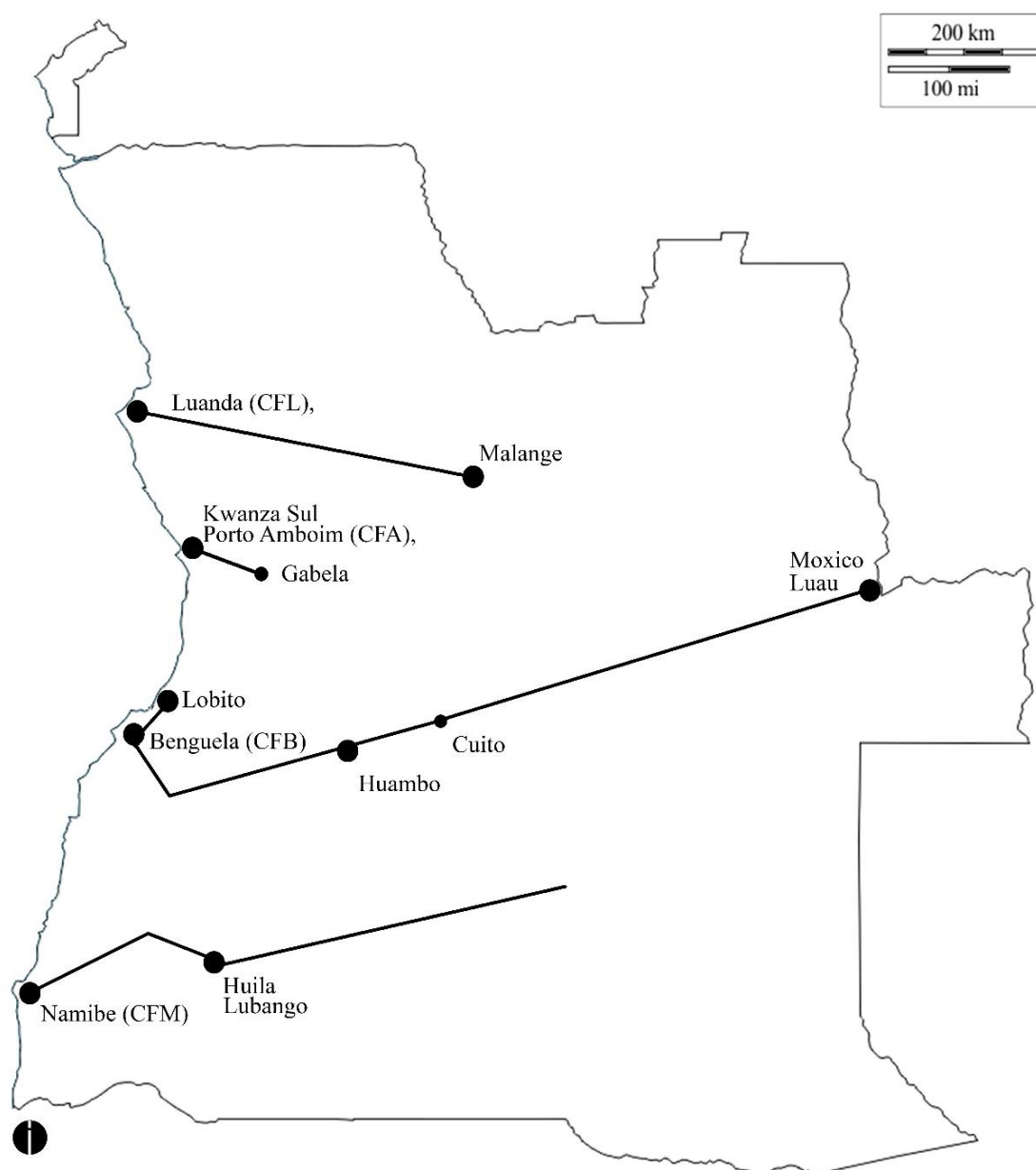


Figura 12 -Linhas de caminho-de-ferro de Angola, 2019; Fonte: Autora

Estas províncias desenvolveram-se sob a influência rodoviária, tendo no comércio o seu motor de desenvolvimento e atividade principal. Este fazia-se, fundamentalmente entre a relação europeia e a africana (em pequena escala), especialmente na troca de produtos agrícolas, ou entre europeus resultava das exportações de produtos de cada região. Da dimensão dos aglomerados, depreende-se a sua importância relativa face ao território, sendo alguns deles apenas pequenos conjuntos-grupos de casas que se foram mantendo inalteradas, durante décadas.

Devido ao comércio, estes aglomerados estabeleciam-se junto das vias rodoviárias, seu único meio de acesso. Apenas a partir dos anos 60 se intensifica a infraestruturação rodoviária, assumindo os traçados das vias preexistentes, muitas delas simples picadas. Desta forma, estes aglomerados são atravessados pela estrada, que se torna parte integrante do núcleo urbano.

No processo de povoamento e urbanização, nem todos os distritos foram objeto do mesmo tipo de desenvolvimento, tendo o seu destino sido assimétrico, consequência do seu crescimento económico que cada um ia tendo, o que provocava naturalmente, uma maior ou menor intensificação do povoamento, quer este fosse dirigido pelo Estado, quer resultasse das escolhas dos particulares.

A Huila, é uma pequena povoação de perfil comercial, com base na produção agrícola, situa-se a escassos quilómetros de Sá-da-Bandeira. O bom clima da região seria um fator determinante para a fixação de população. D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho (1764/1772), lançou as bases para a criação de uma povoação denominada Alba Nova. Houve várias tentativas fracassadas de povoamento espontâneo, no decorrer do século XIX. De forma direcionada fora fundada a colónia militar, em 1875, proposta por Sá-da-Bandeira, também sem sucesso. (Fonte, 2012, p. 199). Mas, ao longo do tempo, várias pessoas foram-se fixando, autonomamente e sem ajudas oficiais, acabando por constituir a povoação da Huila, junto fortaleza.

Para a Huila conhecem-se dois planos, completamente distintos, especialmente no carácter urbano subjacente a cada um deles. Dada sua história, depreende-se que as estruturas apresentadas nos planos devam ser expansões, uma vez que há referência a uma fortaleza na sua constituição e, ao nível do plano, não se encontra referência à mesma.

Uma das propostas aparece datada de 1956, com indicação de "copiado de um desenho da RDS agrimensura da Huila", deduzindo-se que seja dessa mesma data. Neste plano, apresentado com alguma elementaridade dada a solução e os aspetos gráficos, é proposta a absorção de uma anterior ocupação espontânea, por uma estrutura regular de escassos quarteirões, traduzida num número reduzido de pequenos edifícios dispersos. Os quarteirões integram essas construções, com destaque para a igreja e a casa do chefe de posto.

A outra proposta que se deduz por ser posterior, tem uma abordagem quase antagónica, mais formal, mais hierarquizada, criando níveis de vivências sugeridos pelos espaços urbanos, praças, largos e avenidas. A imagem de cidade constrói-se através da fluidez e na relação entre a morfologia dos espaços públicos e as tipologias do construído, integrando ainda no seu desenho, as anteriores construções dispersas através de zonas verdes, num tecido contínuo.

Em ambas as propostas, é evidente a presença da estrada que dá acesso a Huila de ligação a Sá-da-Bandeira e às missões. Na primeira solução, esta via atravessa o núcleo urbano longitudinalmente ao seu desenvolvimento, passando a fazer parte integrante das vias do aglomerado. No segundo caso, o plano proposto promove a relação direta entre a igreja pré-existente e o núcleo urbano, através da abertura de uma avenida de francas dimensões que se desenvolve no seu enfiamento visual.

Do ponto de vista espacial, esta relação é interrompida pela presença da estrada original que, apesar de marginal relativamente ao núcleo, estabelece claramente um segundo limite urbano, quase numa tentativa de que este se estenda até ela. Note-se que em nenhuma das propostas está indicada uma rua ou estrada de remate, que coloque um fim ao aglomerado. Contrariamente à situação mais comum em que, por influência das unidades de vizinhança, a estrada de remate se constituía como uma forma prática de limitar o espaço urbano, tornando inexistente o efeito de periferia. (Pág. 142-144).



Figura 13 - Plano de urbanização da Huíla, s/d; Fonte: (Fonte, 2012, p. 199)

Sá-da-Bandeira (Lubango) localiza-se à margem do caminho-de-ferro do Sul, na estrada para Moçâmedes. O concelho da Huila foi criado em 1850, pelo Marquês de Sá-da-Bandeira. Para este foi o primeiro passo para a execução de um sistema de colonização europeia no interior da província de Angola, por meio da qual se consolida a influencia da autoridade portuguesa.

Foram feitas várias tentativas de colonização e povoamento, quase todas sucedidas. Venceu a colonização madeirense, conduzida por gente humilde que facilmente aceitou as dificuldades. Sensível ao facto, Norton de Matos enalteceu aquele povoamento em prolongados discursos, referindo-o como exemplo; (Fonte, 2012, p. 188) e (Freudenthal, Fernandes Janeiro, e Loureiro, 2006, p. 167).

A colónia de Sá-da-Bandeira, foi primeira estrutura que viria a dar lugar a uma futura cidade. Em 1891 foi criada a primeira Câmara Municipal 1892, publicado o regulamento de distribuição das águas. A colónia começava a ganhar contornos urbanos.

Compõe-se de duas povoações denominadas: povoação de baixo e povoação de cima, dispostas segundo o rumo leste - oeste, que forma o eixo longitudinal da colónia do Cacondo, e a povoação de baixo é a mais importante pela população, área cultivada, ruas bem-dispostas, espaçosas e limpas, ladeadas de edifícios de desenhos cuidados, públicos e privados. Na direção leste - oeste tem a colónia três ruas com a largura de 15 metros e o comprimento de 350; no sentido norte-sul, 6 com a mesma largura e o comprimento de 300 metros.

Seria este o primeiro desenho da colónia, que se transformaria em cidade a partir de 1923, quando a linha de caminho-de-ferro atingiu o planalto. Em 1947, foi elaborado para Sá-da-Bandeira, um Plano de Urbanização da autoria de João António Aguiar, no Gabinete de Urbanização Colonial.

Analizando este projeto e o seu desenho geral, identifica-se o carácter da estrutura da cidade, de pequenas dimensões, cujo perímetro está perfeitamente definido, como está também a sua relação com o caminho-de-ferro, bem como as ligações às outras cidades, no caso Humpata/Tchinvinguiro, Benguela, Moçâmedes designada agora como Namibe e Nova Lisboa designada agora como Huambo. Assinalam-se ainda as zonas de expansão, com o parque urbano e os equipamentos desportivos a funcionarem como remate para sudoeste, após o limite da linha de caminho-de-ferro, (Fonte, 2012, p. 189).



Figura 14 – Plano Geral de Urbanização de Sá da Bandeira; Arq. João António de Aguiar, 1947; Fonte: (Fonte, 2012, p. 189)

A cidade está dividida em duas circunscrições, realizado por um pequeno curso de água na direção nascente/poente. No entanto, o núcleo preexistente situa-se a norte deste curso de água, organizando-se segundo uma quadrícula que agarra construções antigas, também estruturadas numa lógica de quadrícula, marcando a forma longitudinal do seu desenho. Praticamente no topo, a poente, surge como remate desta quadrícula e transversalmente à mesma, uma praça a que se faz referência noutras peças desenhadas de pormenor, (Fonte, 2012, p. 189).

Sá-da-Bandeira mostra-se como uma cidade, de grande centralidade, radial, que lança tentáculos que lhe permitem estabelecer as comunicações com outros centros urbanos. Em 2004, foi aprovada a LOTU, que incumbe ao estado a promoção e orientação de políticas de ordenamento do território e a sua compatibilização com as políticas do desenvolvimento socioeconómico e cultural.

O Plano de Urbanização do arquiteto António de Aguiar foi o grande responsável pela feição geométrica que a cidade huilana apresenta. No agitado relevo de toda a cordilheira, proliferam quedas d'água, desde os rápidos da Tunda-Vala, (um desfiladeiro na grande escarpa da Chela, virado para a cidade da Bibala no Norte, e proporciona uma ótima vista para a famosa Serra da Leba que é um misto de obra de engenharia que se enquadra na paisagem, localizados a poucos quilómetros do Lubango), e a cascata da Huíla, considerados como destinos obrigatórios por serem os melhores pontos turísticos da cidade.

A extensão da rede rodoviária do Namibe aos 1 de maio de 1923, representa um dos principais meios de acesso a província da Huila, cidade do Lubango, desde o séc. XX até aos tempos atuais, uma vez que a base dos aglomerados urbanos atuais em Angola continua a ser a herdada da era colonial. Através do alargamento da rede rodoviária ao longo do País, no qual abrangeu também a cidade do Lubango, se pode obter maior proximidade e relação entre estes todos os povos das diferentes regiões, sendo o comércio o principal impulsionador desta relação.



Lusófona de Humanidades e Tecnologias | ECATI | Departamento de Arquitetura e Urbanismo



Figura 16- Hierarquia Viária Interna; Fonte: Plano diretor da cidade do Lubango

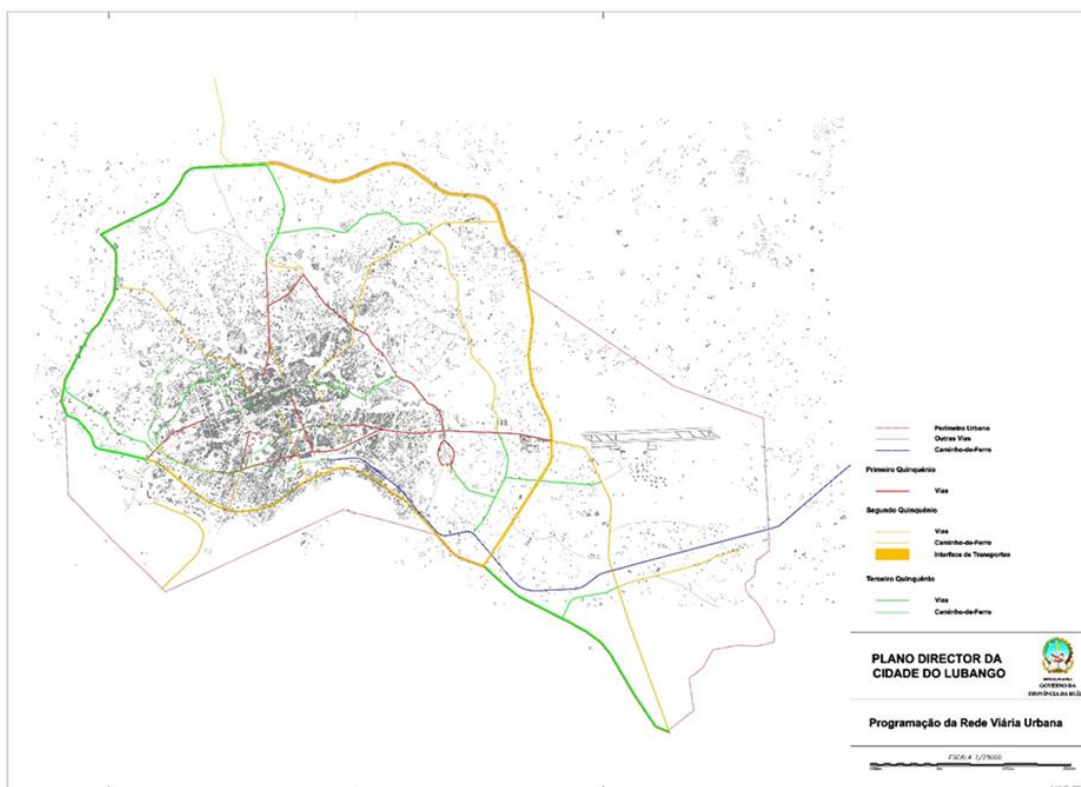


Figura 17- Programação da rede viária urbana: Plano diretor da cidade do Lubango

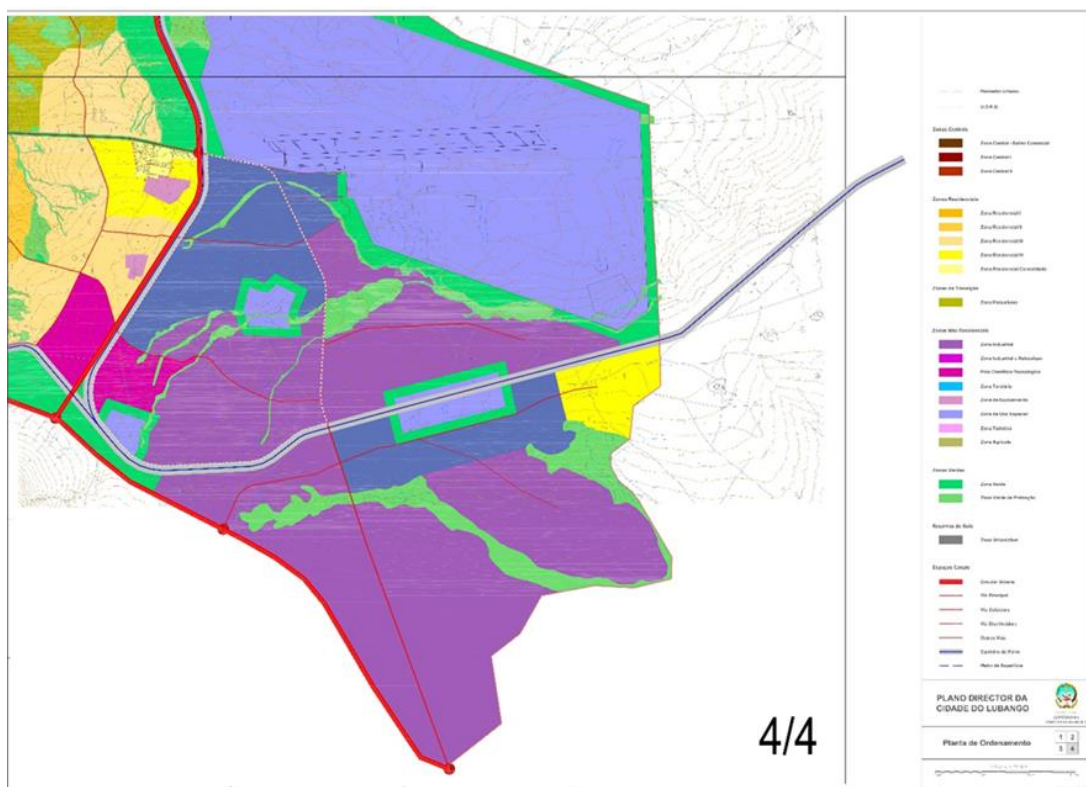


Figura 18- Planta de ordenamento da cidade do Lubango; Fonte: Plano diretor da cidade do Lubango

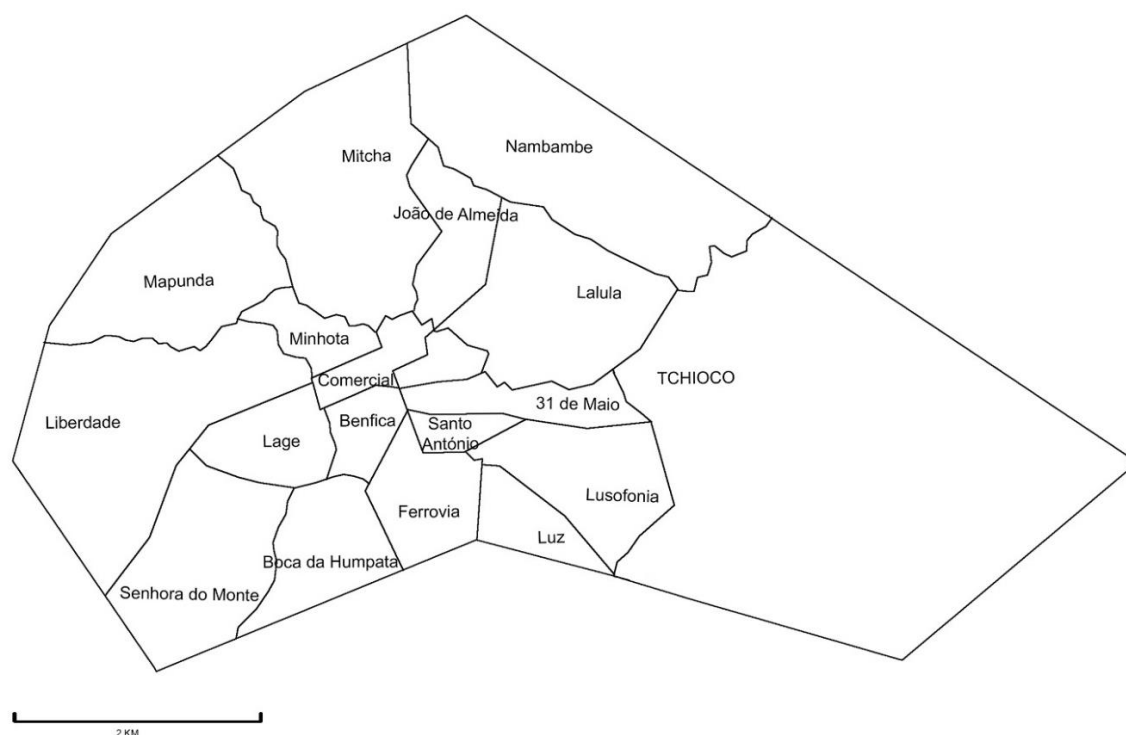


Figura 19- Bairros centralizados da cidade do Lubango; Fonte: Autora

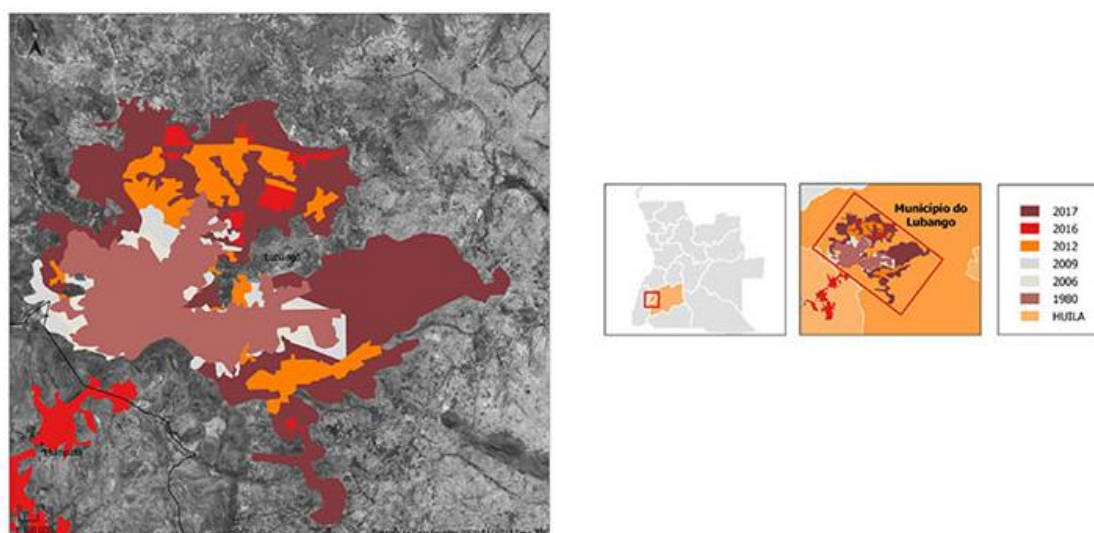


Figura 20- Evolução da mancha urbana; Fonte: ONU Habitat Angola

2.3 Compreensão da vivência do nómada urbano e Interpretação do arquiteto sobre o espaço

Enquanto estudante de arquitetura, para se poder realizar o trabalho, foi essencial conhecer e compreender a vivência do nómada urbano, direcionado a questões sociológicas, pois somente através da mesma, é possível a compreensão do surgimento e posteriormente a resolução para o problema em causa.

A nossa sociedade tem enfrentado um grande problema social, que tem aumentado regularmente: os nómadas urbanos ou desalojados.

Existem vários fatores que direta ou indiretamente contribuem para que um cidadão acabe por viver nas ruas. Muitas das pessoas que se encontram nesta situação, perderam os seus bens ou romperam com os seus familiares devido a falta de um ambiente saudável, necessário para se viver em harmonia, entre eles a violência doméstica como grande fator, e portanto, recorrem as ruas para evitar os problemas que enfrentam.

Outros problemas muito frequentes estão relacionados ao desemprego e aos vícios, nomeadamente os de álcool e drogas. Destaca-se também a incidência de pessoas na rua devido a problemas psíquicos, que muitas vezes perdidos da família não têm noção de como regressar, ou propositalmente são excluídos do meio familiar, assim como o próprio sistema excludente relacionado a desigualdade social, ao desemprego, a necessidade de auxílio e a exclusão social, enquanto muitos destes indivíduos buscam e necessitam de um tratamento, sejam estes relacionados a saúde ou aos familiares.

Entretanto, muitas vezes as famílias destes indivíduos não têm conhecimento sobre a situação, tomando-os por desaparecidos e por isto, o distanciamento entre os familiares ou as pessoas com as quais convivem e os moradores de rua, nem sempre é definitivo.

Esta situação, para além de causar uma maior vulnerabilidade devido a exposição, a doenças e colocar em risco a vida destes indivíduos, resulta também no aumento da violência, da prostituição, do trabalho infantil e de um maior número de uso e tráfico de drogas. Todas estas questões, remodelam o carácter e a personalidade de cada um destes indivíduos que, consequentemente dificulta o regresso ao convívio social mais humanizado.

É necessário que haja uma reintegração social destes cidadãos, por meio de igualdade política, da educação, do emprego ou seja, oportunidades de acesso ao trabalho e capacitação para que se possa desempenhar o mesmo, medidas de suporte e assistência, lazer, cultura e moradia digna. É indispensável a participação ativa da *comunidade* em projetos sociais que garantam a inclusão e o apoio a estes indivíduos, essências para o restabelecimento da integridade e readaptação a um ambiente familiar ou corporativo.

Na comuna da Arimba, podemos constatar situações como as referidas acima, essencialmente a falta de inclusão dos cidadãos por meio de oportunidades de trabalho, de acesso a educação, e saneamento básico para a maior parte da população, seja para os abrigados, como para os sem-abrigo da comuna. Portanto, é fundamental ressaltar a escassez de vários fatores e serviços cruciais para o bem-estar de todo indivíduo dentro do espaço.

Em análise ao espaço, numa leitura arquitetónica, é fundamental referir que a comuna da Arimba, é uma zona rural, que possui um espaço merecedor de toda valorização com relação a sua natureza, seja a nível paisagístico ou estético. A sua qualidade do solo, a vegetação e a fertilidade territorial, acabam por determinar juntamente com o gado, a estrutura económica do lugar. Possui um ambiente que ainda transmite calma, apesar das novas intervenções que têm sido realizadas frequentemente pelo homem. São transformações radicais do espaço e da natureza em si, devido ao brusco crescimento populacional. Não seria de todo mal, se a maneira como o mesmo tem decorrido, tivesse um acompanhamento profissional que mantivesse a organização espacial.

Entretanto, ao longo do território, realiza-se compra e venda de terrenos, e cada proprietário do seu terreno, intervém através de construções irregulares, isto é, sem regras, ou normas, sem um planeamento urbano adequado, sem respeitar as vias de acesso do lugar fazendo com que haja pouco espaçamento entre as suas intervenções e as vias destinadas não só a viaturas, mas também aos pedestres.

Todos estes aspetos, causam um crescimento que desqualifica o lugar, que origina a criação de um espaço desorganizado, desconfortável e pouco seguro, ligado a violência urbana, e a uma incapacidade de criação de empregos. As construções irregulares e desregradadas, criam condições de risco para a própria população, que realiza esta atividade com muita ineficácia.

É necessário que exista uma reflexão quanto as causas que efetivamente originam e agravam este quadro, para que seja possível implementar mecanismos capazes e eficientes de se combater problemas desta ordem.

É urgente que seja cultivada uma nova sensibilidade com relação ao território. Que haja uma “jogada” com a natureza selvagem, no caso, as suas áreas intocadas, em simultâneo com uma intervenção humana que respeite o espaço, através de uma pegada ecológica que não massacre o território, mas que preserve as suas potenciais características.

Afinal, o homem africano tem como tradição encontrar um equilíbrio entre a natureza, o homem e o universo, de forma a manter relações que não se fundam somente na economia, no domínio, nas relações técnicas, mas no respeito, na reciprocidade e na harmonia entre ambos.

Capítulo 3 – COHOUSING- Comunidade Mwila

3.1- Planeamento urbano

Para poder gerar uma *cohousing*, houve a necessidade de se pensar em planeamento urbano e em arquitetura, tendo em conta que os dois conceitos são tratados neste trabalho como um só, onde um complementa o outro.

A criação de um espaço enquanto abrigo, como uma tipologia que fosse eficaz surgiu primeiro, como resposta as necessidades de pessoas desabrigadas. No entanto, esta solução não é suficiente para suprir as necessidades destas pessoas, pois ela por si só, não é geradora de autonomia e independência pessoal, e consequentemente não é inclusiva a nível social. Surge então, a necessidade de se conceder educação, de se gerar emprego, e de maneira ecológica e sustentável explorar o que fosse possível do local de intervenção para a *comunidade*.

O lugar em questão, pode ser considerado um espaço problema, correspondente a uma área periférica fragmentada e desestruturada com tendência para a desqualificação urbana e ambiental, que apresenta um declínio urbano em fase de degradação e uma elevada desqualificação urbanística e social, que consequentemente regista carências de infraestruturas e equipamentos.

Portanto, para além das residências, os equipamentos propostos são:

Um orfanato- junto a zona residencial, para que as crianças possam manter laços com as outras crianças que vivem nas habitações e possam se sentir inseridas num núcleo mais familiar e interativo com o meio social, sem distinção de espaços a serem frequentados ao longo da *comunidade*;

Centro de apoio- onde ocorre a administração do espaço e inserção do indivíduo; Escritórios, espaços destinados ao comércio, centro cultural Mwila, auditório, cinema e campos desportivos; um conjunto educacional gratuito- creche, escola de ensino primário, escola de ensino secundário, espaço de formação para adultos; e serviços de forte carência na zona- biblioteca, posto policial, bombeiros e centro de saúde.

Para um lugar mais ecológico, se propõem a coleta seletiva da zona, aerogeradores para fornecimento de energia eólica como alternativa renovável, preservação e qualificação das zonas verdes através de jardins e parques urbanos, e uma horta comunitária, que para além de aproximar as pessoas, possui um sistema de produção ecológico através da agricultura orgânica, fornece alimentos para a *comunidade* e para comercialização, contribuindo também para a economia da *comunidade*.

A deslocação pelo espaço é realizada por bicicletas e transportes públicos específicos. Tendo em conta a dificuldade de acessibilidade ao local de intervenção, devido a ausência de vias asfaltadas, e de transportes públicos, onde a *comunidade* será desenvolvida com percursos destinados a bicicletas, proponho a implementação de um sistema de transportes públicos, que poderá dar suporte a *comunidade* e a todas as pessoas que queiram se beneficiar do percurso sugerido. Este percurso decorrerá ao longo de pontos estratégicos como: Cohousing - Aeroporto - Centro da cidade - Estação de comboio - Estádio da Tundavala.

Todos os equipamentos propostos, não irão apenas dar respostas ao problema da área de intervenção, mas também dar apoio as áreas da envolvente e as *comunidades* mais próximas.

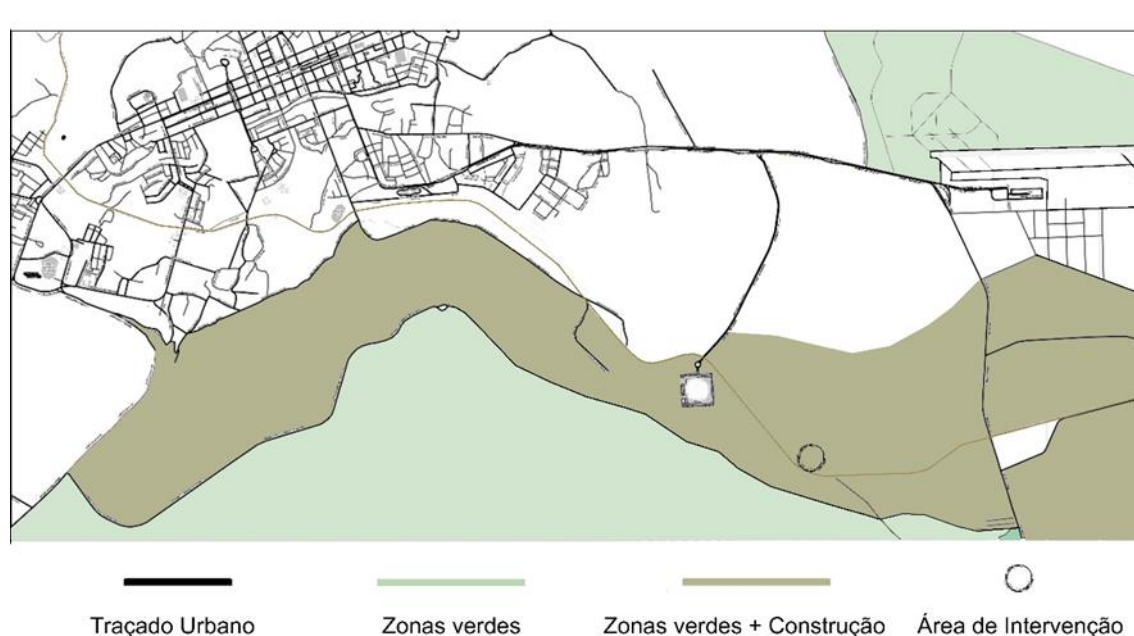


Figura 21- Planta de zonas verdes; Fonte: Autora

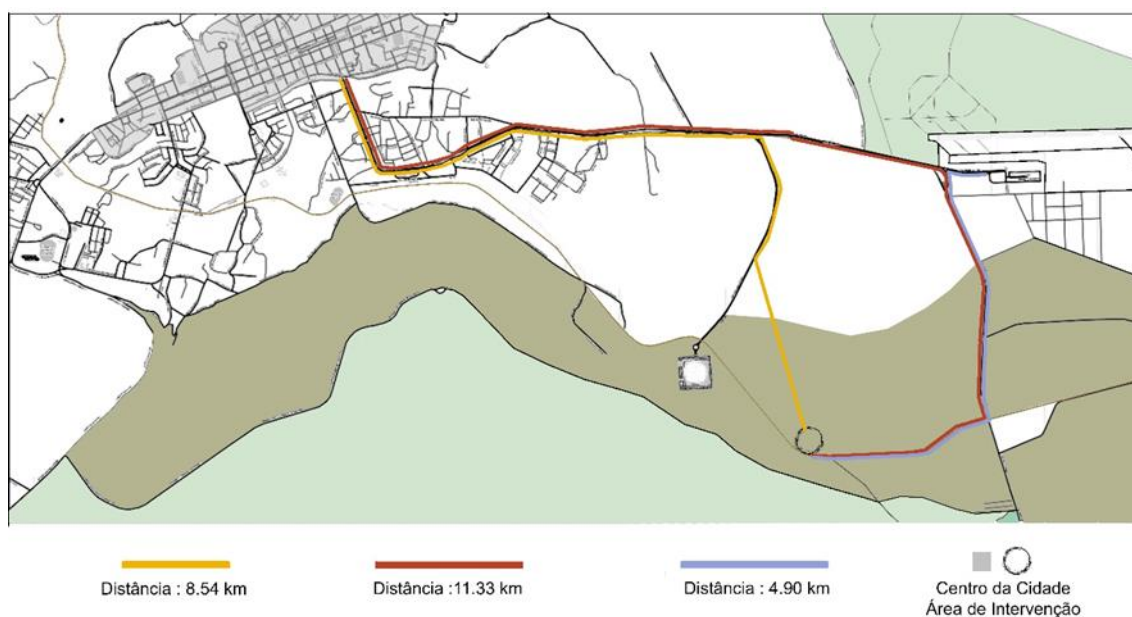


Figura 22- Distância do trajeto; Fonte: Autora

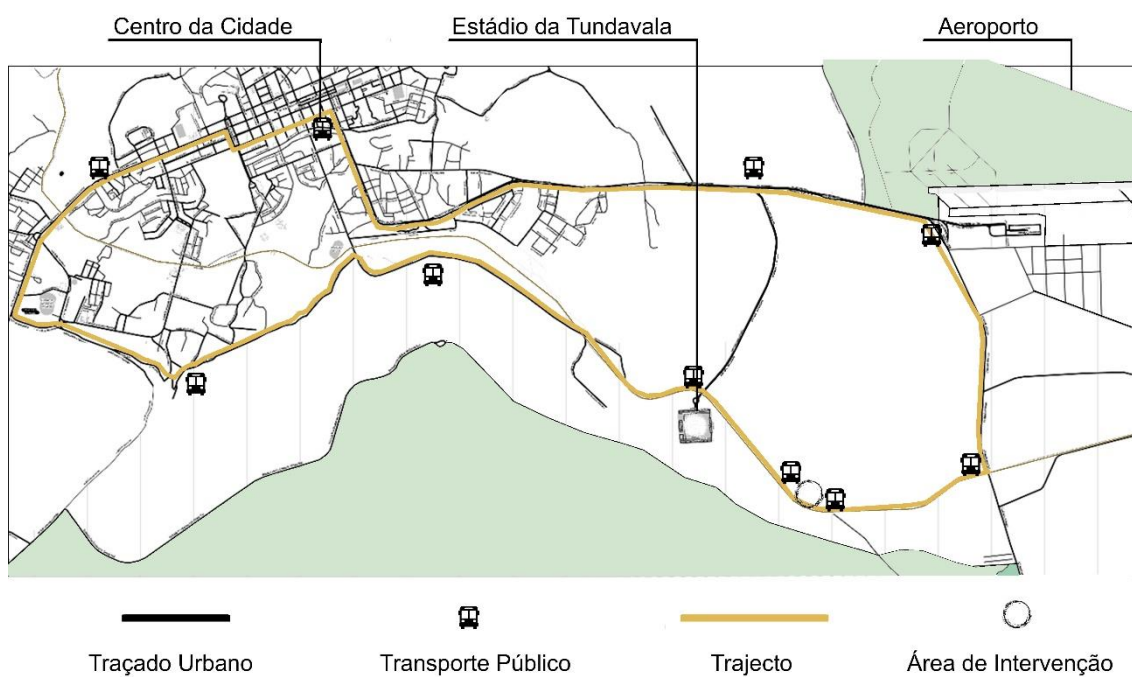


Figura 23- Implementação do sistema de transporte público; Fonte: Autora

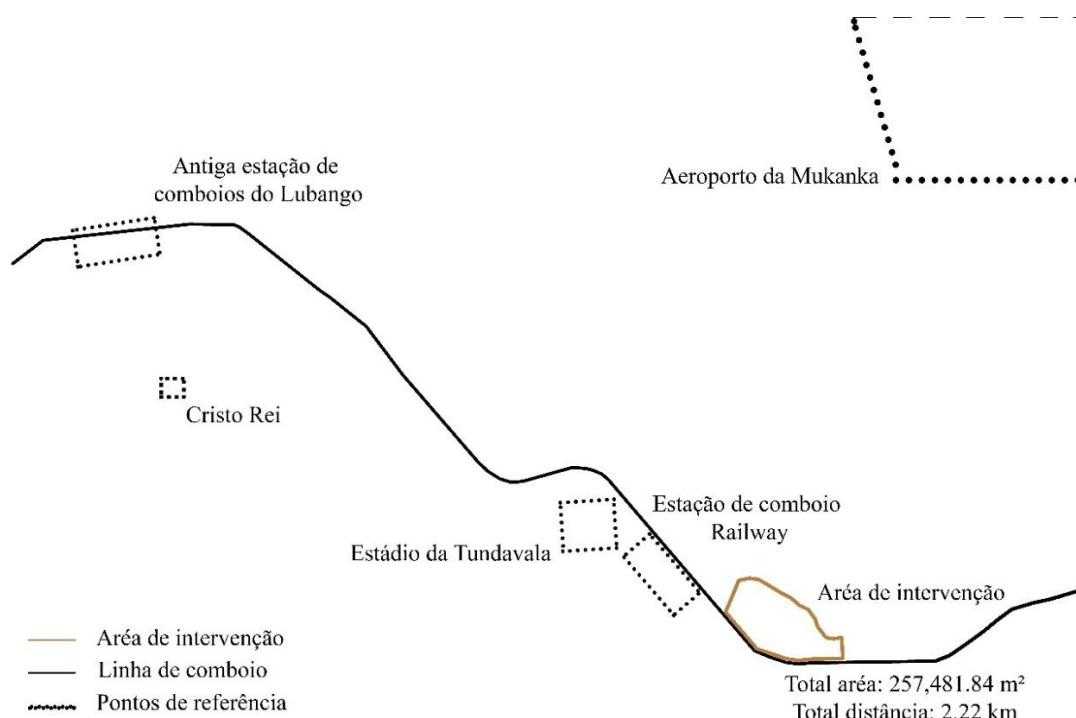


Figura 24- Identificação da linha de comboio, dos pontos referenciais e da área de intervenção; Fonte: Autora

Após termos estudado as características do território e planeamento urbano da cidade do Lubango, apresento por meio de ilustrações, métodos, estratégias e proposta para o desenvolvimento e consolidação do lugar de intervenção.

Uma das referências na área de intervenção, que despertou a minha atenção, foram os caminhos de pé posto, que vêm de uma vasta extensão e atravessam o lugar.

Estes percursos são mais do que atalhos na localidade em questão, pois não existe um planeamento, uma delimitação urbana que defina estes espaços. Portanto, a estratégia foi dar continuidade aos caminhos que se estendem ao longo do espaço, e através deles definir acessibilidades, quarteirões e gerar novos percursos dentro do espaço, sendo possível manter a sua essência, aumentar a dinâmica do espaço, e respeitar as necessidades dos usuários que frequentam e definiram estes percursos.

Esta zona verde, possui um espaço em particular que apresenta maior densidade de arborização, que não foi atravessado pelos caminhos de pé posto. Motivo pelo qual, foi mantido para revitalização do espaço verde, criação de jardins ou parque, e como ferramenta delimitadora para a separação das zonas de serviços e habitação.



Figura 25- Acessibilidade a área de intervenção; Fonte: Autora

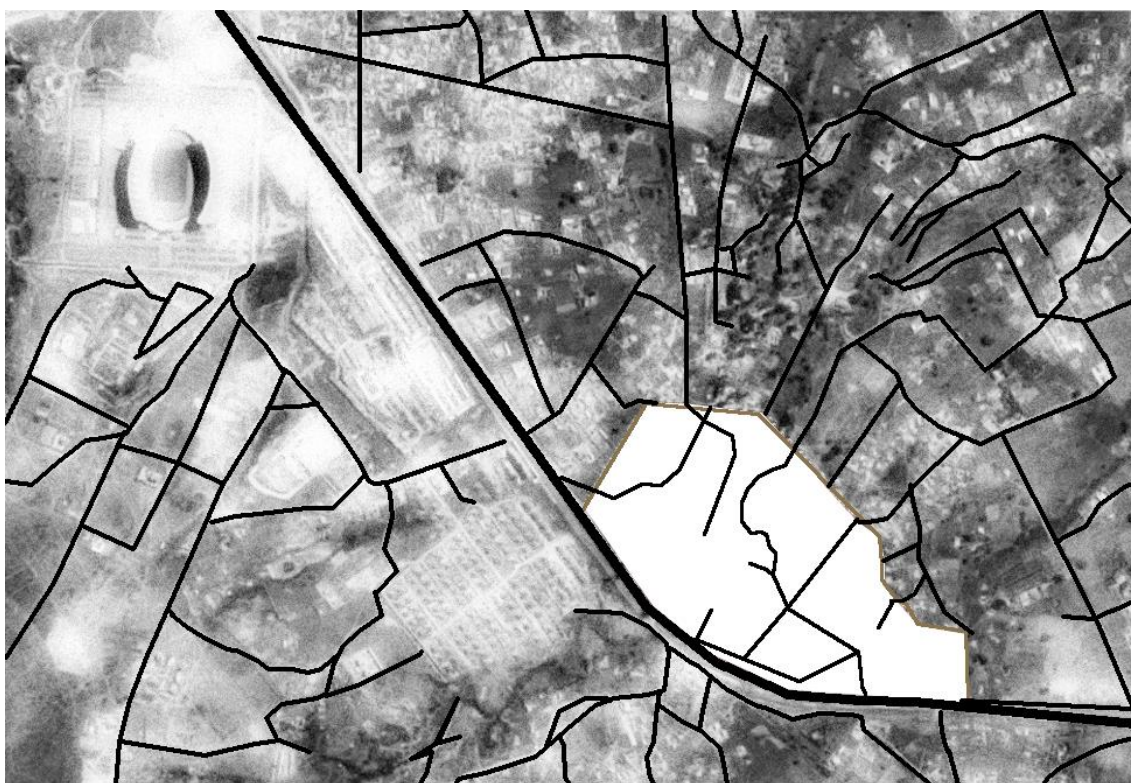


Figura 26- Percursos existentes na área de intervenção; Fonte: Autora

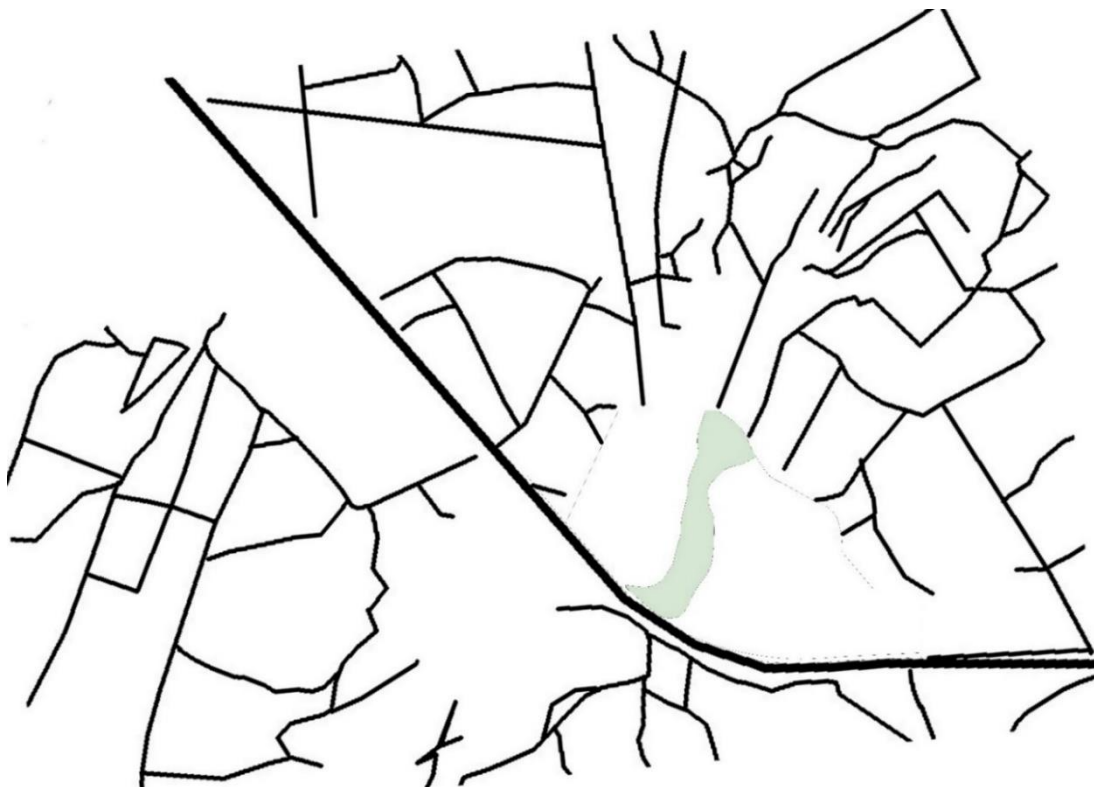


Figura 27- Estratégia de planeamento- Separação de espaços; Fonte: Autora



Figura 28- Estratégia de planeamento- Continuidade dos caminhos existentes; Fonte: Autora



Figura 29- Traçado urbano em torno da área de intervenção; Fonte: Autora

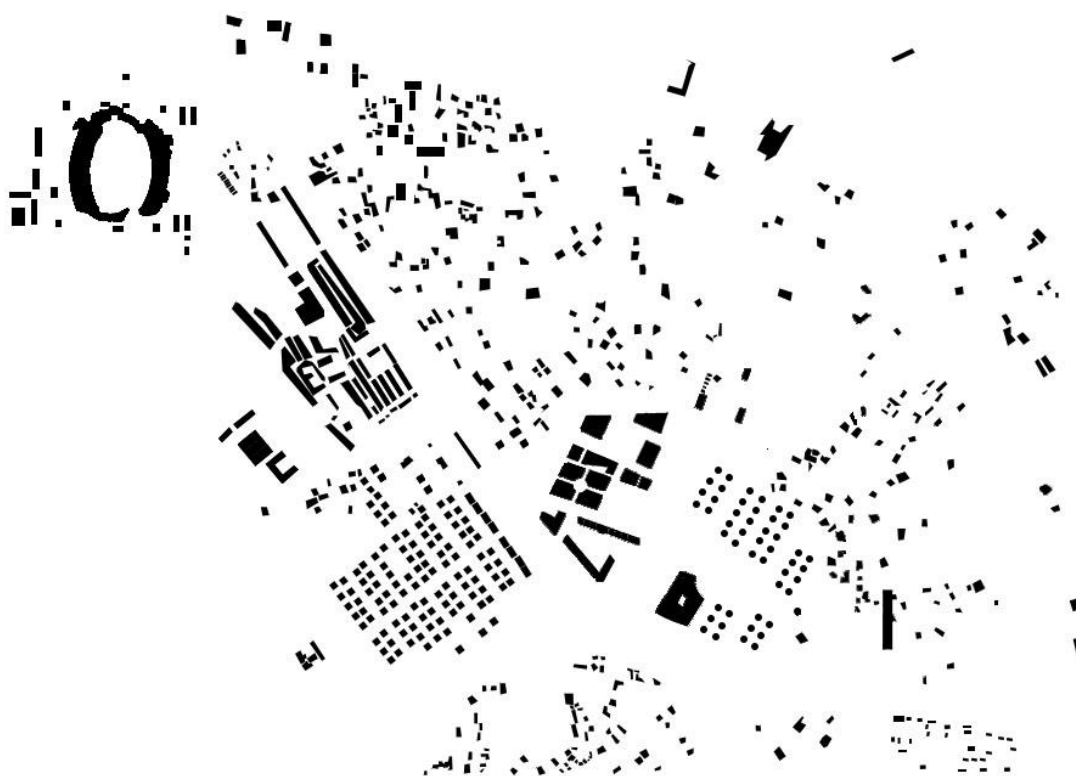


Figura 30- Traçado urbano com ocupação da proposta; Fonte: Autora

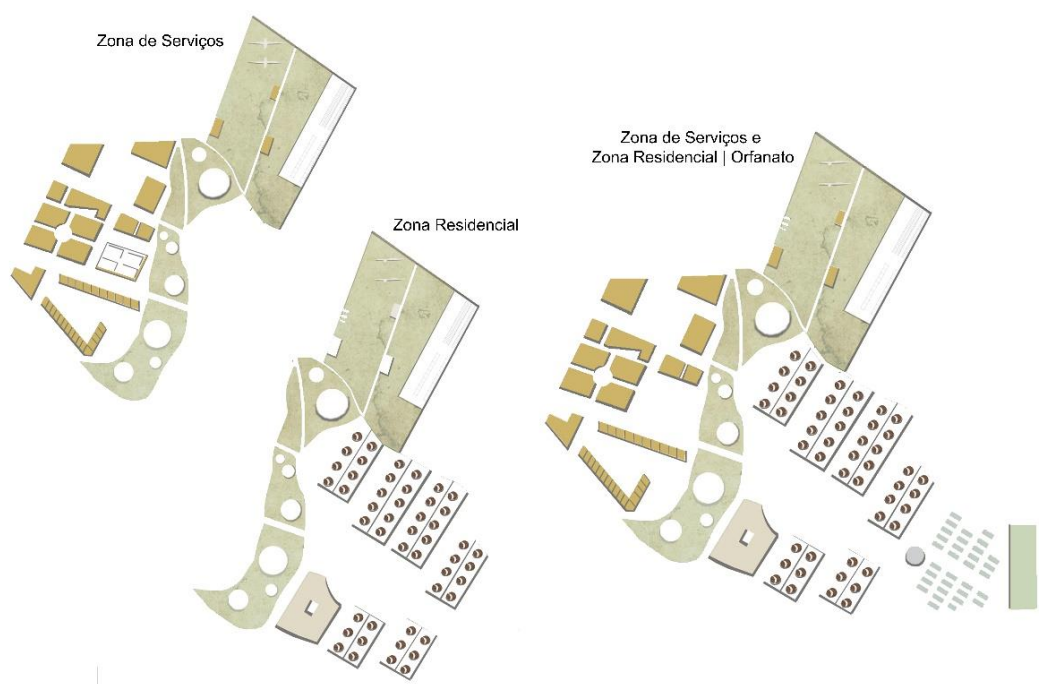


Figura 31- Método de Implantação; Fonte: Autora



Figura 32- Diagrama de locomoção; Fonte: Autora

Keuryvandra Neto - **Inclusão: Conceção de uma COHOUSING habitacional autossuficiente**
na configuração material étnica, fundamentado por meio dos Mwilas



Figura 33- Master Plan; Fonte: Autora



Figura 34- Inserção do plano urbano no território; Fonte: Autora



Figura 35- Cortes Urbanos; Fonte: Autora

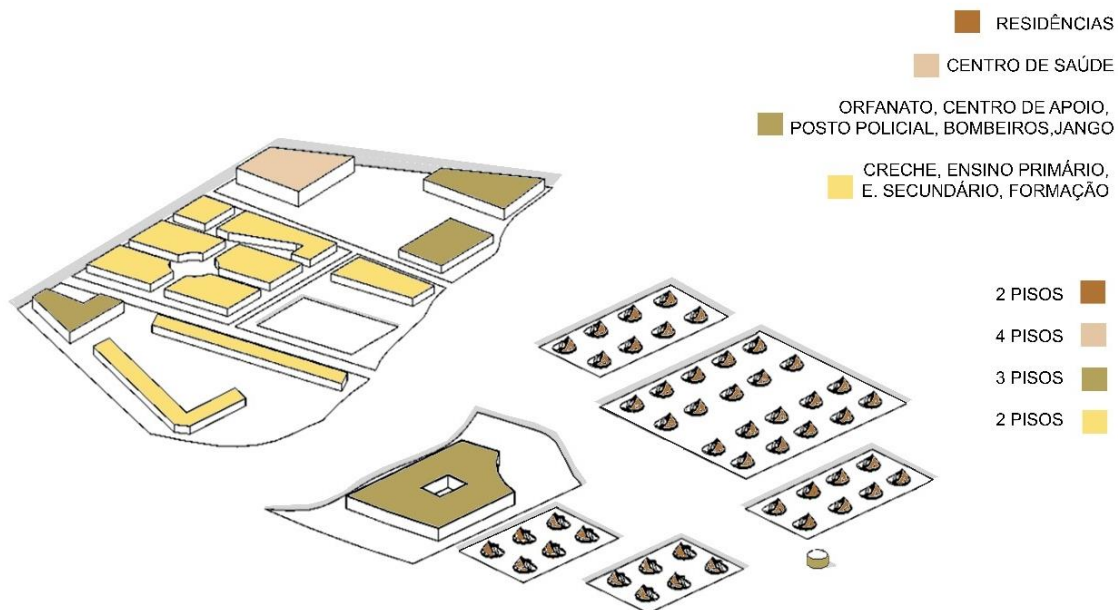


Figura 36- Tipologias; Fonte: Autora



Figura 37- Tecido tradicional samakaka dos Mwilas, na conceção do espaço através da ciclovia; Fonte: Autora



Figura 38 - Segmento dos caminhos existentes associado aos percursos da implantação; Fonte: Autora



Figura 39- Segmento dos caminhos existentes associado à proposta de urbanização; Fonte: Autora

Habitação Social

O conceito da habitação proposto neste trabalho, é inspirado na cabana primitiva ou ainda, nas casas de pau-a-pique (Figura 7), e no modo de coabitar o espaço para expressar e representar a forma de vivência dos Mwilas.

A estrutura é composta por uma base circular que representa o útero materno, símbolo de união e de proteção. É erguida pela forma de um cone que reflete a cabana primitiva, tendo uma altura capaz de transmitir a sensação de templo, pois a casa é tida como um lugar sagrado.

Assim como as cabanas primitivas e muitas casas do povo Mwila, nota-se a ausência de vãos e de espaços que possam favorecer o contato entre o meio interior e exterior e vice-versa, bem como o arejamento do lugar, que muitas das vezes só é efetuada a ventilação através da entrada principal, que normalmente é a única.

São poucas as residências com vãos, talvez numa tentativa de manter a privacidade, sendo um povo que apesar de resolver os seus problemas em *comunidade*, zelam pela discrição e pela menor exposição possível do ceio familiar devido aos costumes. Mas, sendo ou não esta a real razão, esta condição é respeitada ao longo do desenvolvimento da casa, sendo que não existem vãos com a altura do observador- escala humana, no piso 0, que possam favorecer uma ligação direta entre o interior e o exterior. A entrada de luz e a circulação de ar, são efetuados pela cobertura e somente no piso 1, temos vãos a altura do observador.

O funcionamento do espaço é simplificado. Ao entrar, temos a sala e a cozinha no mesmo espaço, onde de acordo com a vivencia dos Mwilas, os espaços muitas vezes são coabitados em simultâneo, isto porque na maioria das vezes não têm paredes internas como divisórias dos compartimentos e acabam por utilizar esteiras, peles de animais e atualmente panos como separadores dos espaços. Motivo pelo qual, a proposta apresenta espaços separados por paredes removeis, e quando realizado, o espaço dos quartos, da sala e da cozinha tornam-se num só, trazendo para casa a essência do espaço enquanto lugar de convivência e reunião familiar.

São criados armários fixos, que possam dar suporte aos objetos dos quartos, quando as paredes dos mesmos forem removidas.

No piso superior, temos o espaço multiuso, com prateleiras para livros, degraus, peças que remetem mesas e em formato de beliche, que podem ser usados conforme o usuário pretender, é uma zona onde as pessoas podem socializar de diferentes formas e mesmo quando querem ler, trabalhar ou realizar alguma outra atividade de âmbito individual, poderão fazer compartilhamento do mesmo espaço. O conceito deste lugar é promover as atividades em família e tentar transmitir ao máximo a sensação de exploração do local, baseado na vida explorativa dos Mwilas.

A composição da casa, tenciona transmitir flexibilidade e adaptabilidade dos espaços interiores, leveza e harmonia através da forma e da implantação no terreno, por meio de uma pegada que seja ecológica.

Deste modo, os materiais construtivos tanto das residências como das outras estruturas da *Cohousing*, não são definidos, tendo em conta que a tipologia e o composto das habitações em si, podem ser inseridos num outro lugar de intervenção com características climáticas e territoriais diferentes. Porém, são sugeridos para este local de intervenção, materiais de caráter ecológico como: a madeira, a argila, e o bambu, que são matérias-primas de fácil adesão na região da província da Huila, e também mantêm a uniformidade e a característica do espaço.

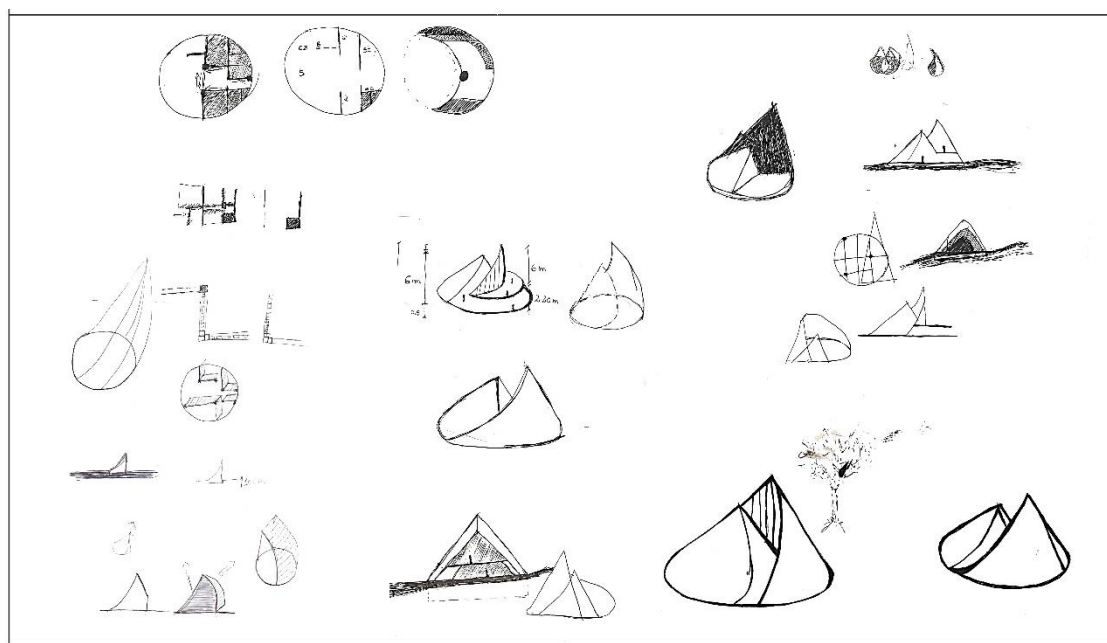


Figura 40- Esquícios de conceção das habitações; Fonte: Autora

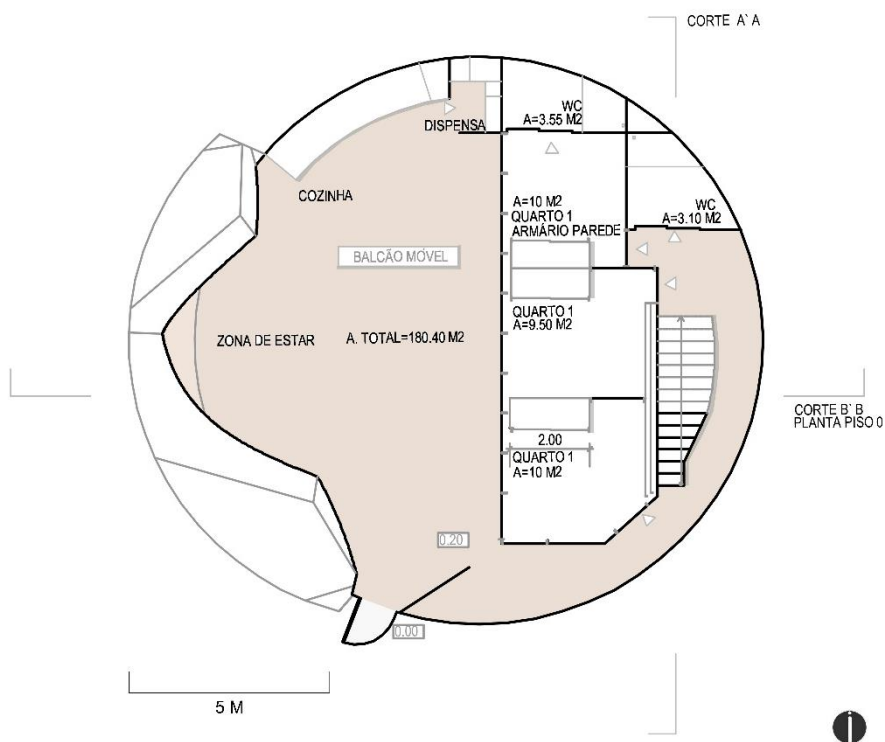


Figura 41- Planta esquemática- Piso 0; Fonte: Autora

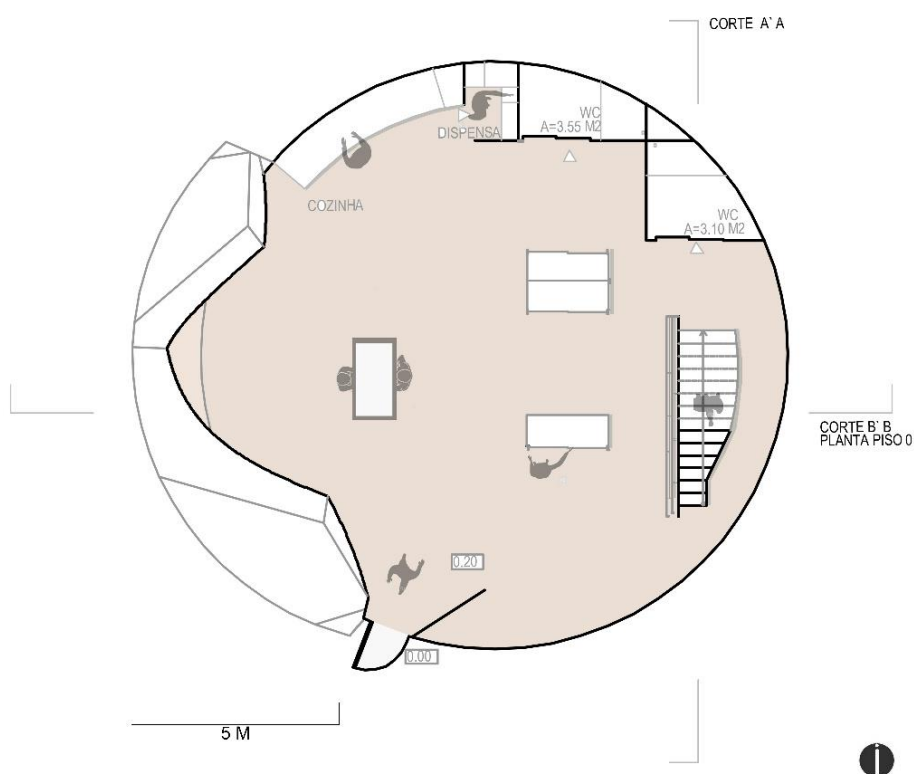


Figura 42- Planta esquemática -Aplicado recolha de paredes removíveis- Piso 0; Fonte: Autora

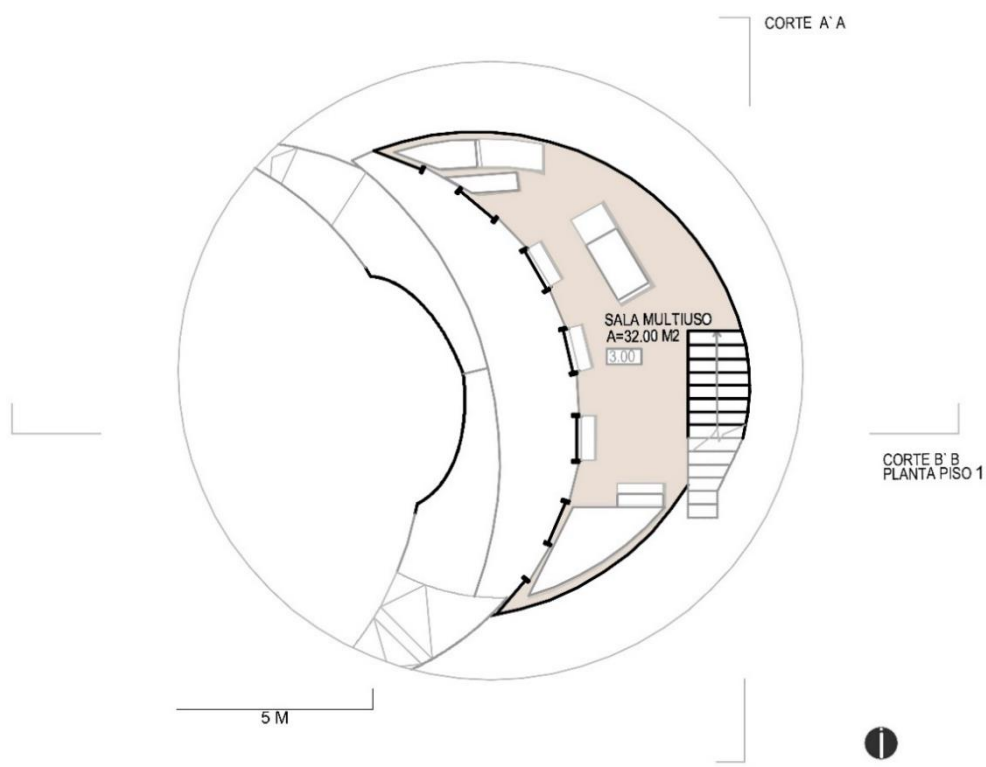


Figura 43- Planta esquemática- Piso 1; Fonte: Autora

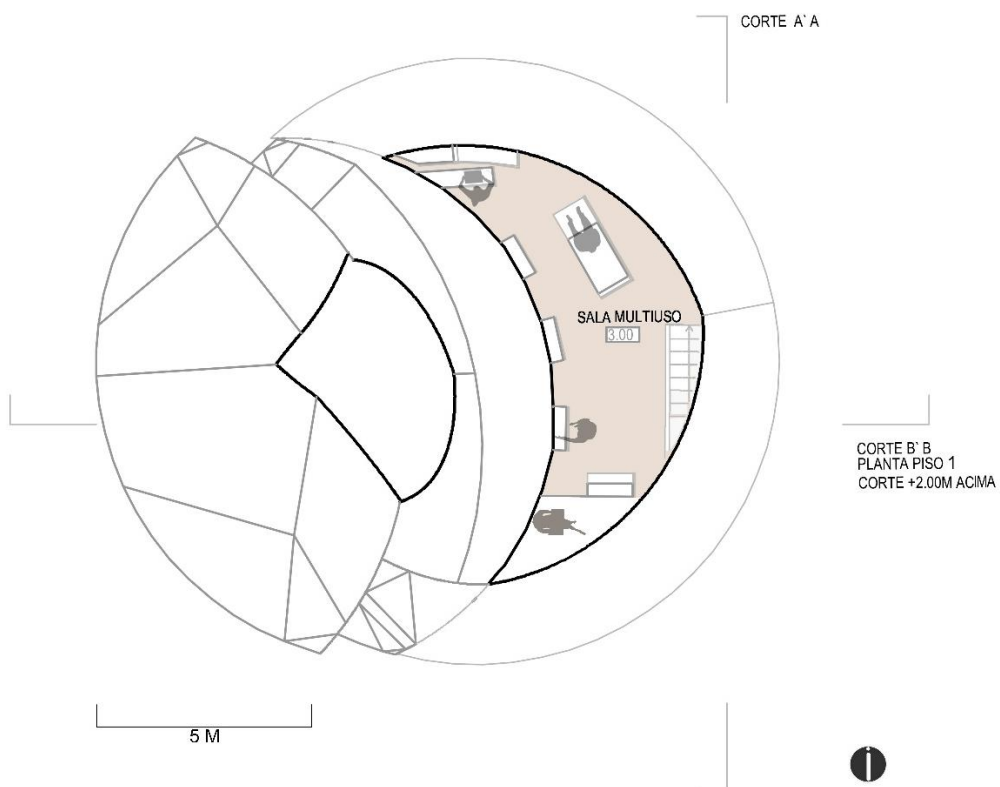


Figura 44- Planta esquemática (Corte + 2m acima) - Piso 1; Fonte: Autora

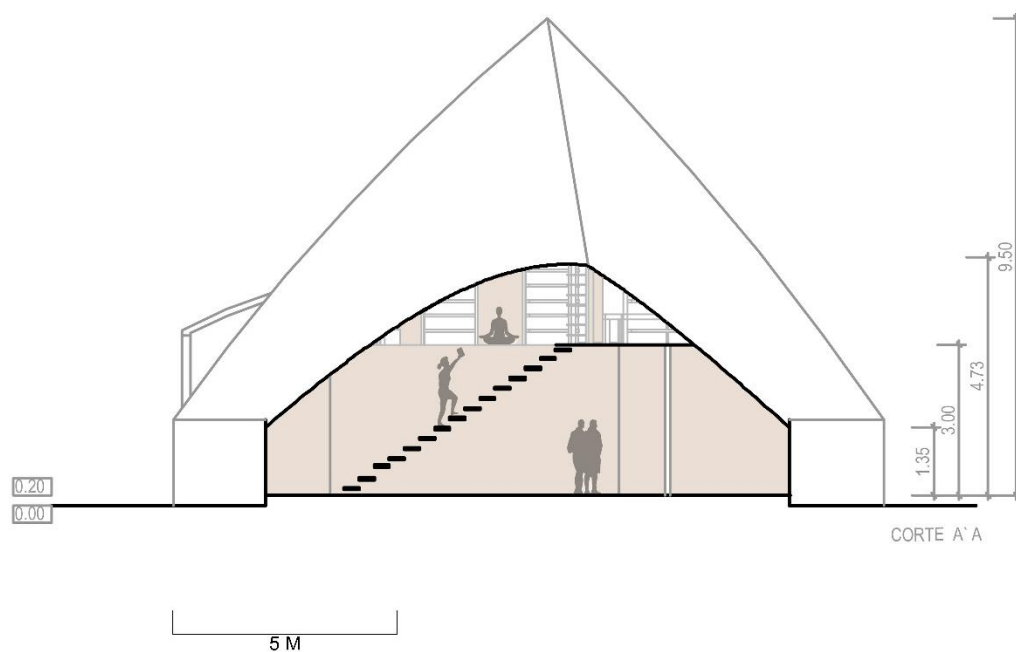


Figura 45- Corte A-A esquemático; Fonte: Autora

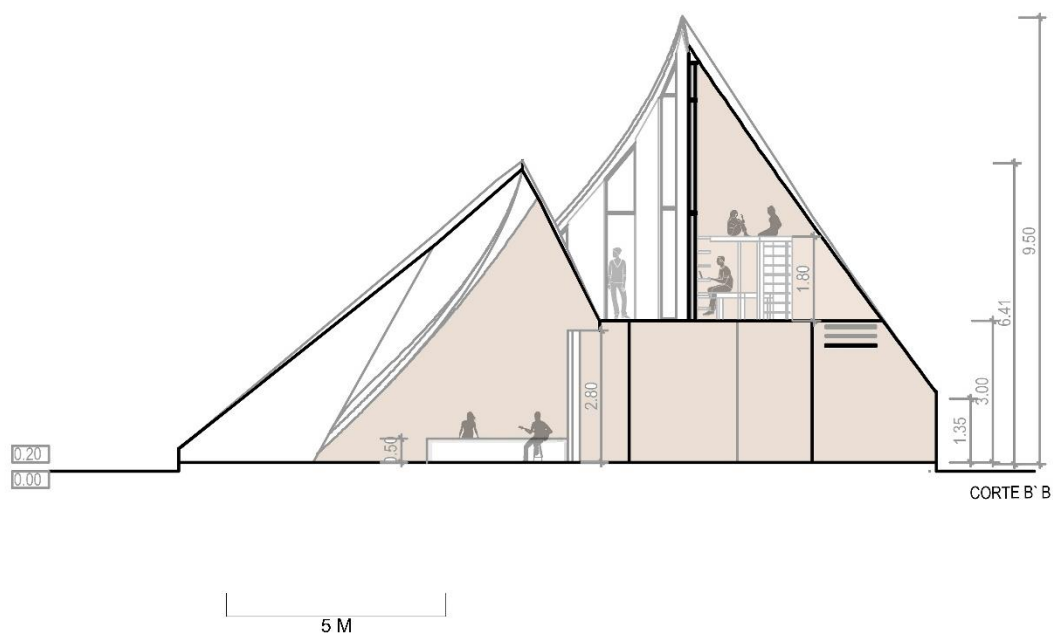


Figura 46- Corte B-B esquemático; Fonte: Autora

Keuryvandra Neto - **Inclusão: Conceção de uma COHOUSING habitacional autossuficiente**
na configuração material étnica, fundamentado por meio dos Mwilas

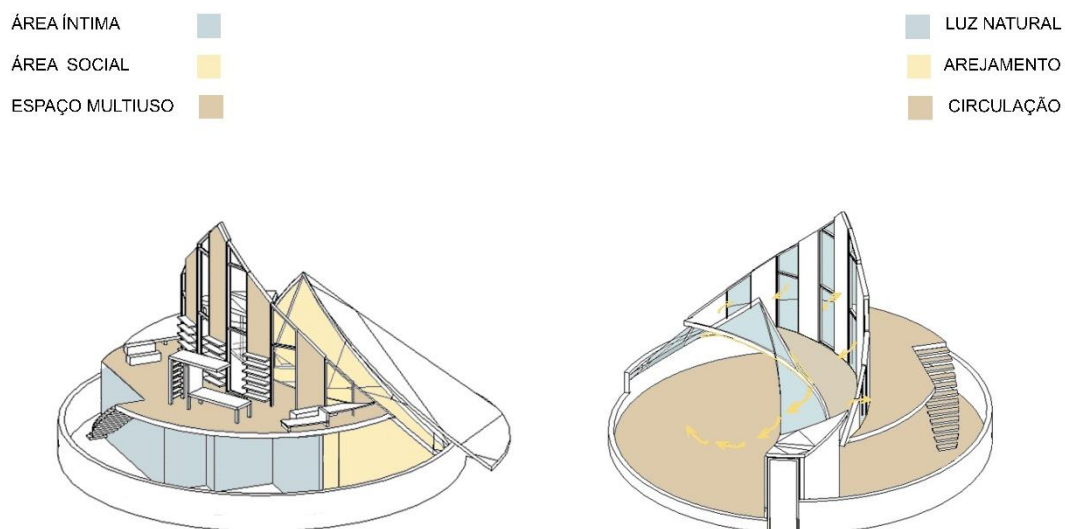
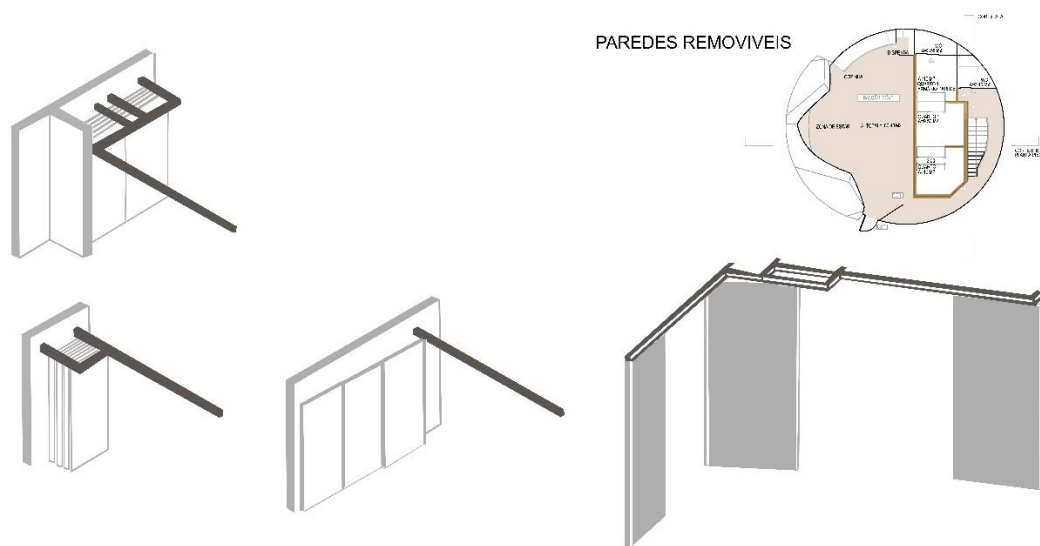


Figura 47- Diagrama de funcionamento da habitação; Fonte: Autora



MODELOS DE RECOLHA DAS PAREDES REMOVÍVEIS

Figura 48- Modelos de recolha de paredes que podem ser utilizados; Fonte: Autora

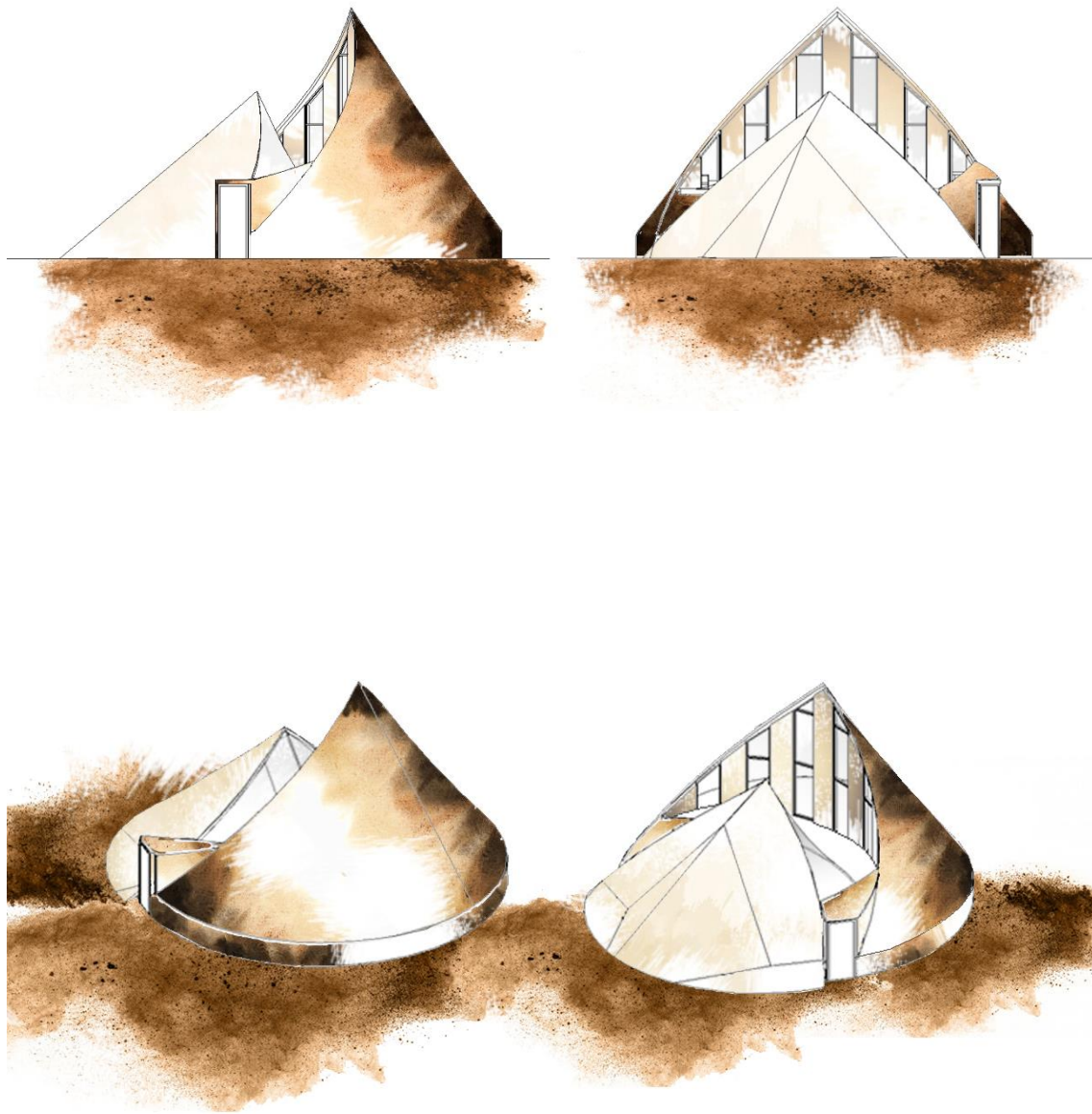


Figura 49- Perspetivas de configuração da habitação; Fonte: Autora

Conclusão

Este trabalho teve como objetivo, dar resposta a uma ponte de interligação, entre os nossos dias atuais vividos na modernidade/ pós-modernidade, e a inclusão de uma população numa COHAUSING, por meio de uma cultura considerada primordial/ancestral.

Em função dos estudos realizados acima, foi possível criar um lugar de comunhão que poderá ser partilhado entre indivíduos, lugar estabelecido para fornecer uma boa convivência entre todos os cidadãos. Espaços estes, que permitam a privacidade de cada indivíduo, bem como a coabitação das pessoas com quem se partilha o espaço- a habitação. Esta habitação, é concebida com base na conceptualização de uma cultura considerada primordial, mas que se pode estabelecer e demonstrar ser uma mais valia nos dias atuais, com o seu modo de habitar o espaço, preservando a sua cultura e os benefícios que ela transporta.

Deste modo, ela funde-se em conformidade com a modernidade, para responder as necessidades que ainda não se encontravam solucionadas. Esta modernidade, se estende para a autonomia do indivíduo através da inclusão num espaço arquitetado para ele, por meio de equipamentos de necessidades básicas, fundamentais para a sua inserção no meio social.

Um espaço que para além de abrigar, fornece apoio social, é gerador de emprego por meio de integração no mercado de trabalho dentro e fora do espaço, promove a educação e a formação profissional, fornece um sistema de saúde e segurança para a população, proporciona atividades e áreas de lazer com boa capacidade de atração, e valorização dos recursos paisagísticos e agrícolas, através do aproveitamento dos espaços verdes. Sendo que, os residentes também são os principais responsáveis pela manutenção do espaço e em comunhão, pelas decisões de interesse da *comunidade*.

O espaço por sua vez, também é fundado de acordo com as características de vivência, dos hábitos e costumes dos indivíduos, através da conceptualização das zonas habitacionais, da configuração dos espaços, e promoção das atividades culturais, que contribuí para tornar possível a criação de uma COHOUSING habitacional autossuficiente inclusiva e etnicamente íntegra.

Bibliografia:

Bauman, Zygmund: *Comunidade-* a busca por segurança no mundo atual. Editora Jorge Zahar, Rio de Janeiro 2003

Carvalho, Ruy Duarte. Vou lá visitar pastores: exploração epistolar de um percurso angolano em território Kuvale (1992-1997). Rio de Janeiro: Gryphus, 2000.

CESO CI Portugal, Estudo de Mercado sobre a Província de Huíla. Acedido aos 11 de Março de 2019 em <https://www.ceso.pt/pdfs/ProvinciaHuila.pdf>

Dias, D. (2011). Ensaio Etnomatemático sobre o Grupo Étnico Nyaneka-Nkhumbi do Sudoeste de Angola (Trabalho de investigação de mestrado não publicado). Universidade do Porto, Porto, Portugal.

Fonte, Maria. M. (2012). Urbanismo E Arquitetura Em Angola. Lisboa: Caleidoscópio.

Giedion, Siegfried_: Livro Architecture you and me: the diary of a development. Published January 1st 1958: Harvard University Press

Gyekye, Kwame. Pessoa e *comunidade* no pensamento africano. Em: COETZEE, Peter H; ROUX, Abraham P.J. (eds). O Leitor Africano de Filosofia. Nova York: Routledge, 2002, p. 297-31

Maunier René, 2004 [1910]. L'Origine et la fonction économique des villes. Étude de morphologie sociale, Paris, L'Harmattan, coll. «Les introuvables ».

Plano Diretor da Cidade do Lubango; Junho 2004. Governo da Província da Huíla

Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos. Acedido aos 7 de Agosto em: <https://onuanguola.org/agencias/unhabitat/>

Saches, Ignancy (2004). Enciclopédia Einaudi - Volume 38. Sociedade-Civilização. Ano de edição ou reimpressão 2004

Sousa, J Francisco Saraiva, publicado em 2008. Tönnies: Comunidade e sociedade. Acedido aos 6 de Janeiro de 2019 em: <https://cyberdemocracia.blogspot.com/2008/06/tnnies-comunidade-e-sociedade.html>

Tönnies, Ferdinand. Community and Association (Gemeinschaft and Gesellschaft). London: Routledge & Kegan Paul, 1974.

Apêndices

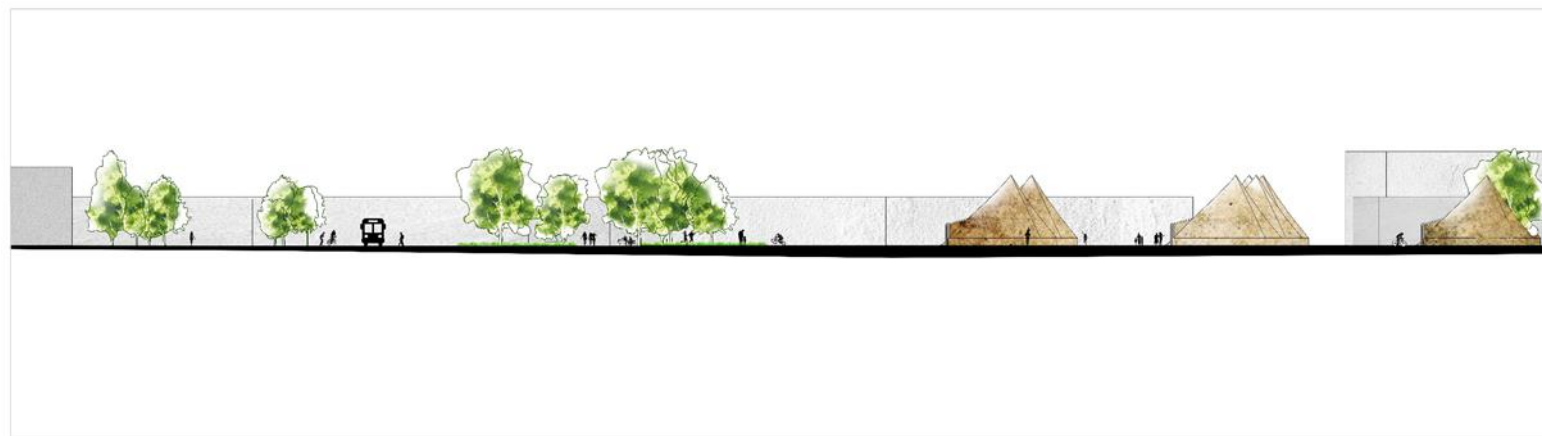
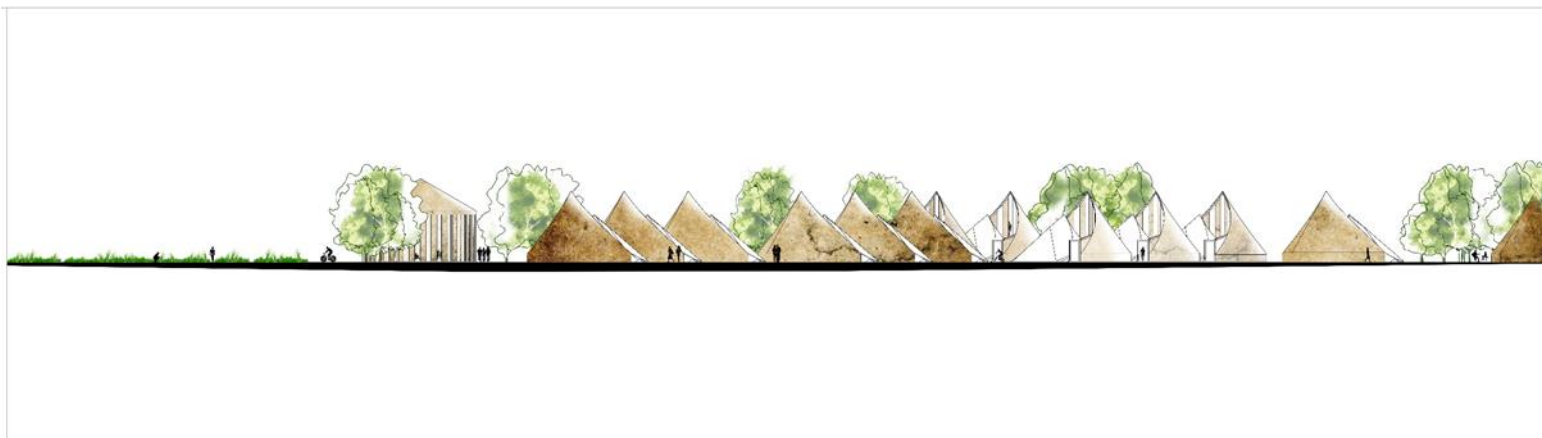
Apêndice 1- Master Plan

Apêndice 2- Cortes Urbanos

Inclusão: Conceção de uma *COHOUSING* habitacional autossuficiente na configuração material étnica, fundamentado por meio dos Mwilas



Inclusão: Conceção de uma *COHOUSING* habitacional autossuficiente
na configuração material étnica, fundamentado por meio dos Mwilas



Cortes Urbanos; Escala 1:2000